

Relatório de Estado da Eritreia (2017-2020) ao abrigo da Carta Africana

**Estado da Eritreia
Ministério dos Negócios Estrangeiros
Setembro de 2021**

Índice

	Título	Subtítulo	Pág.
I	Introdução		
	1.1. Objectivos		
	1.2. Profundidade e Âmbito do Relatório		
II	Direitos civis e políticos		
	2.1. Fundamentos jurídicos e institucionais		
	2.2. Medidas tomadas e progressos alcançados		
	<i>2.2.1. Avanços no sistema judicial</i>		
	<i>2.2.2. Avanços na aplicação da Lei</i>		
	2.3. liberdades fundamentais		
	<i>2.3.1. Dignidade dos reclusos e sistema prisional</i>		
	<i>2.3.2. Liberdade de religião</i>		
	<i>2.3.3. Liberdade de expressão, associação e reunião</i>	(i) <i>Órgãos de Comunicação Social e o Acesso à informação</i>	
		(ii) <i>Liberdade de Associação e Reunião</i>	
		• Generalidades	
		• Mobilização e organização de jovens e estudantes	
		• Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres	
		• Movimento e organizações de trabalhadores	
		• Organizações de pessoas com deficiência	
		(iii) <i>Liberdade de circulação</i>	
		(iv) <i>Liberdade de participar de assuntos públicos</i>	
III	Direitos Económicos, Sociais e Culturais e o Desenvolvimento		
	3.1. Breve Introdução		
	3.2. Aumento dos salários na função pública para melhorar as condições de vida das pessoas		
	3.3. Direito ao trabalho		
	3.4. Estratégia do Sector Social:		

	Garantias e direitos fundamentais		
	3.4.1. Direito à segurança alimentar e nutricional	(i) Reforço das capacidades de produção interna nos setores da agricultura e das pescas	
		(ii) Desenvolvimento e fortalecimento da capacidade institucional	
	3.4.2. Direito à Saúde e a Assistência		
	3.4.3. Direito à educação		
	3.4.4. Protecção e segurança social	(i) Mapeamento/inventário dos programas de protecção social na Eritreia	
		(ii) Intervenções no domínio da segurança social	
		(iii) Direitos e Desenvolvimento da Criança	
		<ul style="list-style-type: none"> • Organização e mobilização • Vulnerável 	
		(iv) Família e segurança social	
		<ul style="list-style-type: none"> • Protecção da família como instituição social • Protecção social 	
		(v) Direitos e protecção das pessoas com deficiência	
IV	DIREITOS DOS POVOS		
	4.1. Direito ao trabalho	4.1.1. Uma campanha bem-sucedida de desenvolvimento pós-conflito na fronteira	
		4.1.2. Roteiro Nacional da Eritreia e Novo Ímpeto de Desenvolvimento	
	4.2. Paz nacional e internacional	4.2.1. Aproximação Eritreia-Etiópia e dinâmica regional/ Progresso	
		4.2.2. Agendas geopolíticas, retomada das hostilidades e determinação da Eritreia em defender sua segurança nacional e apoiar a dinâmica regional	
		4.2.3. Engajamento e cooperação da Eritreia em direitos humanos	
	4.3. Combate à pandemia de COVID-19		
	4.4. Conscientização da Carta (Artigo 25), Deveres (Artigos 27, 28, 29)		
V	Conclusão		
	Lista de tabelas contidas no Relatório		

--	--	--	--

I. Introdução

1.1. Objectivos

1. Em 2017, a Eritreia apresentou o seu relatório inicial e combinado ao abrigo da Carta Africana para o período 1991-2016. O relatório foi analisado na 62.^a Sessão Ordinária da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP), realizada de 25 de Abril a 09 de Maio de 2018. Durante esta sessão, a delegação da Eritreia apresentou um resumo do relatório e respondeu oralmente e por escrito às perguntas e comentários levantados pela CADHP.
2. De acordo com o artigo 62 .º da Carta Africana, a Eritreia reapresenta o seu Relatório Periódico sobre a implementação da Carta Africana para o período 2017-2020. O envio deste relatório foi adiado pela pandemia do Coronavírus e outras circunstâncias. Como de costume, o relatório foi elaborado sob a coordenação do Ministério dos Negócios Estrangeiros através do Órgão de Coordenação Nacional (BCN), uma estrutura intersetorial que garante a contribuição dos vários ministérios, instituições e associações nacionais envolvidas. Os seguintes elementos foram levados em consideração na elaboração do relatório:
 - as condições, programas e medidas adotadas para garantir o respeito, a proteção e a realização dos direitos humanos
 - direitos e deveres, bem como a cooperação envolvida na implementação e cumprimento das responsabilidades da Eritreia nos termos da Carta.
 - a importância de utilizar o relatório para reforçar o diálogo e a cooperação com a CADHP num espírito de dignidade e parceria.
3. O relatório, que abrange o período 2017-2020, foi finalizado no final de 2021, tendo em conta as contribuições dos vários setores e associações nacionais em causa e após discussões aprofundadas com os mesmos. No entanto, devido a algumas restrições, a apresentação do relatório à Comissão foi adiada. O processo de elaboração do relatório periódico 2021-2022 será iniciado em breve.

1.2. Profundidade e âmbito do relatório

4. O relatório foi preparado de acordo com as diretrizes de relatórios da Comissão ao abrigo da Carta Africana e abrange quatro áreas, nomeadamente os direitos civis e políticos, os direitos económicos, sociais e culturais, os direitos dos povos e o envolvimento e cooperação do Estado em matéria de direitos humanos. As várias agências relevantes (ministérios) e organizações nacionais (*representando jovens/estudantes, mulheres, trabalhadores, bem como organizações de pessoas com deficiência*) apresentaram um relatório de acordo com as diretrizes de relatório da Comissão e com base num quadro de ação definido pelo Organismo

Nacional de Coordenação (BCN). Estes vários relatórios foram revistos e compilados pelo BCN. Um rascunho compilado foi distribuído aos membros do BCN que posteriormente forneceram seus comentários por escrito. Um resumo do relatório atualizado que incorpora o feedback foi submetido a uma reunião do BCN. O Relatório foi finalmente aprovado a nível político.

5. O relatório, em sua seção ‘Profundidade e escopo’, destaca as obrigações do Estado nos termos da Carta de Banjul e outros instrumentos regionais e internacionais relevantes que têm um impacto direto no gozo dos direitos humanos e dos povos no país. Abrange o período de 2017 a 2020 e mede realizações e desafios desde a apresentação do relatório inicial e combinado. Todos os esforços foram feitos para verificar os dados e garantir a consistência. Deve-se notar que os relatórios apresentados nos termos da Carta Africana (bem como os da Revisão Periódica Universal do CDH) são usados como fonte e referência para permitir que a Eritreia cumpra suas outras obrigações de relatório. Além disso, foram feitos esforços para informar sobre as melhores práticas e abordagens inovadoras para o respeito, proteção e promoção dos direitos humanos na Eritreia.
6. A este respeito, os seguintes cinco aspectos importantes da realidade objetiva são tomados como o contexto da dinâmica geral do desenvolvimento nacional em relação à Carta Africana e serão explicados em mais detalhes nas partes correspondentes do relatório:
 - As novas perspectivas e dinâmicas de paz a nível regional e a aproximação entre a Eritreia e a Etiópia em 2018.
 - As novas dinâmicas e perspectivas de desenvolvimento na Eritreia
 - COVID 19 e esforços nacionais de pandemia
 - A crise dos Tigrés na Etiópia e as ameaças à paz e à segurança no Corno de África
 - Ameaças externas persistentes à Eritreia e sua resiliência

II. Direitos civis e políticos

2.1. Fundamentos jurídicos e institucionais (artigos 1º e 2º)

7. A Eritreia não adotou novas medidas legislativas (*em relação ao artigo 1.º da Carta*), mas os parágrafos 23 a 25 do relatório inicial referem-se ao quadro jurídico e institucional operacional que continua a garantir o respeito, a promoção e a proteção dos direitos humanos. Os novos códigos nacionais publicados em 2015 e que estão a ser popularizados e finalizados desempenharão um importante papel funcional e legal uma vez promulgados. No entanto, é fundamental enfatizar que os códigos de transição e o extenso sistema de proclamações e pareceres jurídicos em vigor continuam a servir de base para garantir o respeito, a proteção e a realização de todos os direitos. Além disso, a Carta Nacional da Frente Popular para a

Democracia e Justiça (PFDJ), como roteiro político, continua a servir de marco político e institucional para a dinâmica de construção da nação e a posterior integração dos direitos humanos.

8. A este respeito, é feita referência aos parágrafos 44-58 do Relatório Inicial, que discute os esforços em curso para consolidar o Estado de direito e o gozo da igualdade de direitos e oportunidades de acordo com os Códigos de Transição da Eritreia. As 178 Proclamações e 125 Avisos Legais promulgados pelo Governo garantem a implementação de direitos e liberdades com base na igualdade. Além disso, durante o período coberto pelo relatório, a Eritreia procedeu à assinatura, em junho de 2019, da Convenção n.º 182 da OIT relativa à Proibição e Ação Imediata para a Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil (2011), completando assim a ratificação pelo país de todas as principais Convenções da OIT.

9. Embora inicialmente afetado pela situação da COVID-19 (após março de 2019), o sistema judicial composto por tribunais hierárquicos e pelo Ministério Público continua na prática a garantir a administração da justiça e a preservação da independência dos tribunais, de acordo com o artigo 26 da Carta. Isso reflete o cumprimento pelo Estado Parte de suas responsabilidades nos termos dos Artigos¹, 2, 3 e 19 da Carta. Consequentemente, todos os eritreus gozam de igual tratamento e têm direito a igual proteção da lei. A igualdade de direitos e oportunidades, que se reflete no respeito à dignidade humana, na melhoria das condições de vida e no desenvolvimento, foi consolidada, como mostram as várias seções do relatório, *que destacam os seguintes fatos que refletem as obrigações do Estado nos termos dos artigos 19 e 3 da Carta:*
 - não há discriminação, exclusão, restrição ou preferência com base em etnia, religião, status social, idioma, opinião ou gênero; e a unidade nacional e a cidadania foram consolidadas,
 - A *noção de equidade* e a distribuição equitativa de riqueza e recursos são garantidas
 - Os eritreus *participam ativamente e se beneficiam da criação de riqueza e* oportunidades com base no gozo igual de todos os direitos e em um sistema que promove a *responsabilidade coletiva*.
 - intervenções e estruturas baseadas na comunidade a nível local foram consolidadas como elementos essenciais da promoção de direitos durante o período do relatório

2.2. Medidas tomadas e progressos alcançados

Durante o período coberto pelo relatório, o Ministério da Justiça trabalhou incansavelmente para expandir o acesso a serviços jurídicos de qualidade, melhorar a competência profissional do pessoal na administração da justiça, preservar a integridade institucional do sistema e tornar-se uma entidade transparente que promove e mantém padrões éticos dentro do judiciário. Nesse sentido, o Ministério da Justiça tem trabalhado para elaborar uma estratégia abrangente para

melhorar a qualidade do sistema de justiça e fortalecer o acesso a uma justiça mais eficaz e eficiente. Esta estratégia inclui os seguintes elementos principais:

- Estabelecimento de um sistema de apoio judiciário
- Promoção e institucionalização de mecanismos alternativos de resolução de disputas/litígios por meio de tribunais comunitários (arbitragem, mediação, mecanismos de reconciliação)
- Reforçar os esforços de sensibilização do público e o acesso à informação
- Introdução de formas processuais uniformes e padronizadas e melhores condições de trabalho para permitir que os juízes promovam efetivamente julgamentos justos.
- Introdução de outros modos alternativos inovadores para fortalecer a independência do judiciário
- Capacitação institucional, incluindo cooperação no desenvolvimento de capacidades humanas com o apoio do PNUD.

2.2.1. Progresso no sistema judicial (Artigos 3, 26)

10. O relatório de 2017-2020 da Eritreia faz referência geral aos desenvolvimentos e desafios mencionados no relatório inicial da Eritreia à Comissão no que diz respeito ao sistema judicial e relata os progressos realizados e os desafios encontrados no que diz respeito ao sistema judicial. As informações atualizadas fornecidas pelo Ministério da Justiça destacam os esforços e progressos realizados no fortalecimento do sistema judicial, do Estado de direito, da consolidação da justiça juvenil, da harmonização com os instrumentos internacionais e do desenvolvimento dos recursos humanos.
11. Conforme declarado no parágrafo 22 do Relatório Inicial da Eritreia, e conforme mencionado anteriormente no parágrafo 9 deste Relatório, o princípio orientador buscado pela Eritreia em seu progresso e realizações é a igualdade de direitos e oportunidades, conforme consagrado na legislação nacional.

(i) Fortalecimento do ordenamento jurídico nacional

12. É feita referência aos parágrafos 12-17 do relatório inicial da Eritreia no que diz respeito ao processo político de construção da nação e aos esforços sustentados para fortalecer o sistema jurídico nacional, apoiando os princípios fundamentais de respeito pela dignidade humana e proteção dos direitos fundamentais. Além disso, a Carta Nacional, como roteiro político, consolidou a igualdade de direitos e oportunidades como fundamento do processo político em curso de construção da nação.
13. Esforços para tornar a Eritreia um país onde a justiça e a igualdade prevalecem e onde a dignidade e os direitos humanos das mulheres, trabalhadores, crianças, refugiados, pessoas com deficiência e outros que merecem assistência foram intensificados, apesar dos desafios.

Na prática, o Código Civil de Transição da Eritreia (de acordo com a Proclamação 2/1991) consagra os direitos fundamentais da pessoa em seus artigos 8 a 31 e garante a igualdade de aplicação desses direitos sem qualquer discriminação, seja com base em raça, origem étnica, idioma, cor, sexo, religião, deficiência, idade, status social ou econômico ou qualquer outro fator inadequado. Além disso, toda a legislação nacional existente baseia-se nesses princípios e permite que o sistema jurídico nacional garanta o respeito pelos direitos do povo eritreu.

14. Nesse sentido, o recentemente adotado (2015) Código Civil da Eritreia, Código de Processo Civil, Código Penal e Código de Processo Penal estabelecem medidas legais para prevenir e responder a diferentes formas de violência contra crianças e menores. O Código Penal considera a violência sexual uma ofensa grave, embora adote uma postura mais severa e sanções em relação a ofensas sexuais contra crianças e menores. O Código Penal de 2015 eleva a idade mínima de responsabilidade penal para 18 anos. Aplica os princípios dos mecanismos de justiça amigáveis à criança e propõe medidas alternativas para facilitar a reintegração de jovens infratores, promovendo a reintegração e uma abordagem restaurativa da justiça infantil. Os códigos recentemente adotados também visam reforçar esta dinâmica e garantir medidas legais para prevenir e responder a crimes, incluindo crimes sexuais, mas também para tomar uma posição mais rigorosa sobre crimes sexuais contra crianças e menores. Os direitos humanos básicos da população, incluindo os direitos das crianças e das mulheres, estão, portanto, consagrados nas leis, políticas e estratégias setoriais da Eritreia, o que tem um impacto positivo.

Preeminência da Justiça

15. De acordo com os Proclamas nº 166/2012, 167/2012, 168/2012 e o Aviso Legal nº 120/2012, o acesso dos cidadãos à justiça foi fortalecido. Isso foi feito confiando disputas civis menores a tribunais de nível hierárquico inferior que têm uma cobertura geográfica mais ampla. O acesso aos serviços judiciais tem sido facilitado, garantindo assim uma administração mais rápida da justiça. Além disso, a atual estrutura judicial foi modificada para fortalecer os mecanismos de resolução de disputas em nível local, garantir a acessibilidade a serviços judiciais de qualidade e estabelecer tribunais especializados, incluindo tribunais de menores e de família.
16. No que diz respeito à capacitação, o Ministério da Justiça organiza periodicamente formações para juízes, procuradores, funcionários do ministério e outros profissionais responsáveis pela aplicação da lei sobre prevenção e sistema de justiça criminal, investigação e repressão de crimes financeiros, aplicação de normas internacionais na governação nacional, Estado de direito e administração da justiça. As iniciativas de capacitação lideradas pelo Ministério da Justiça visam dotar os profissionais do direito de conhecimentos e competências modernas na administração da justiça.
17. Dado o forte sentido de responsabilidade comunitária na Eritreia e o reconhecimento dos mecanismos comunitários de resolução de litígios, o Ministério da Justiça pretende introduzir

o modelo de justiça restaurativa para crianças em conflito com a lei. Com base no senso desenvolvido de estrutura, responsabilidade e dinâmica da comunidade na Eritreia, o modelo de justiça restaurativa se concentrará na reparação de danos, fortalecendo o papel e a responsabilidade da comunidade, generalizando a relação entre o infrator e a vítima e facilitando a reintegração de jovens infratores na comunidade.

Consolidação (da administração) da justiça juvenil

18. Os Códigos de Processo Penal e Penal da Eritreia prestam especial atenção aos jovens infratores, com o objetivo principal de facilitar a sua reintegração e permitir que se tornem membros autônomos e produtivos da comunidade. Os códigos relevantes dedicam capítulos específicos aos jovens infratores. Os menores infratores não estão sujeitos a proteção especial e são mantidos separados dos adultos. Quando os menores são condenados por atos criminosos, medidas disciplinares especiais são aplicadas a eles, incluindo a admissão em uma instituição correcional ou em um programa de educação supervisionada.
19. Como parte da administração da justiça juvenil, o governo estabeleceu um serviço de liberdade condicional que fornece orientação e trabalha para a integração de crianças em conflito com a lei em escolas e bairros. Processos judiciais relativos a crianças em conflito com a lei ocorrem a portas fechadas. Estes esforços de proteção da criança são reforçados através da formação de profissionais da justiça e administradores sub-regionais na administração da justiça e aplicação da lei. Dado o forte sentido de comunidade na Eritreia e o reconhecimento de mecanismos comunitários de resolução de litígios, o Ministério da Justiça está a introduzir o modelo de justiça restaurativa para crianças em conflito com a lei. Dado o profundo sentido de comunidade na Eritreia, o modelo de justiça restaurativa centrar-se-á na reparação de danos, fortalecendo o sentimento de pertença à comunidade, generalizando a relação entre o infrator e a vítima, mas também assegurando a reintegração dos jovens infratores na comunidade.
20. O direito de família eritreu baseia-se na igualdade entre homens e mulheres em todas as áreas relacionadas com o casamento e a família. Assim, a igualdade de gênero é respeitada no que diz respeito ao casamento, à gestão dos assuntos dos filhos, ao gozo e administração dos bens, à determinação do local de residência, ao tratamento de disputas familiares, ao exercício de outros direitos relacionados à família e às obrigações mútuas correspondentes. Além disso, o Código Civil da Eritreia aborda a questão do direito de família e herança, incluindo relações familiares, noivado, casamento, divórcio, custódia de filhos, adoção e pensão alimentícia, de acordo com as disposições da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e outros instrumentos de direitos humanos.

Harmonização aos instrumentos internacionais

21. É feita referência aos parágrafos 20 e 21 do relatório inicial da Eritreia e ao fato de a Eritreia ser parte de vários instrumentos regionais de direitos humanos e das Nações Unidas,

incluindo os seis principais tratados de direitos humanos (ICTR, ICCPR, PIDESC, CEDAW, CRC e Cat) e a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, bem como outras convenções regionais. Esses instrumentos são devidamente reconhecidos e refletidos nas leis, políticas e estratégias nacionais da Eritreia e, portanto, são aplicados pelos tribunais eritreus. Assim, cada pessoa goza de direitos humanos fundamentais e é obrigada a respeitar as obrigações correspondentes.

- A este respeito, o Ministério da Justiça presta apoio técnico aos ministérios responsáveis pelos processos de elaboração de legislação setorial, para garantir a compatibilidade com a legislação nacional, bem como com os instrumentos internacionais e regionais dos quais a Eritreia é parte.

Desenvolvimento da Capacidade Humana

22. O Ministério da Justiça esforça-se por criar recursos humanos qualificados no domínio do direito e da justiça. 95 jovens profissionais do direito estão atualmente a realizar estudos de pós-graduação (Master of Laws - L.L.M) na Universidade da África do Sul. O Ministério da Justiça continuará a explorar formas e meios de reforçar a sua capacidade na área do direito e da justiça, a fim de reforçar o sistema jurídico e a administração da justiça na Eritreia.

2.2.2. Aplicação da lei e progresso (Artigo 3)

23. Os inquéritos policiais devem ter devidamente em conta os direitos do suspeito, em conformidade com os *artigos 4.º a 7.º da Carta*, que tratam da promoção das liberdades. Os artigos processuais consagrados no Capítulo 2 do Código de Processo Penal Transitório da Eritreia (TCPCE) protegem o direito do suspeito a uma investigação diligente e a lidar com a confissão (Artigo 27/2). Além disso, ao abrigo destas disposições, a polícia é obrigada a apresentar o detido a um juiz no prazo de 48 horas após a sua detenção (artigo 29.º) ou pode libertar o suspeito sob fiança, de acordo com o procedimento previsto (artigo 28.º), o que impede a utilização de qualquer método inadequado durante a investigação (artigo 31.º). Nesse sentido, são envidados esforços para respeitar o prazo máximo de 28 dias para a investigação (Art. 59 do TCPCE e Proclamação 1.1991).

24. Como parte dos esforços para garantir o Estado de direito, o respeito pelos direitos e dignidade dos suspeitos é considerado essencial em qualquer investigação policial, de acordo com os artigos 4 a 7 da Carta, que consolidam a promoção das liberdades e direitos. Os artigos processuais que salvaguardam os direitos do suspeito e garantem a pronta investigação, conforme consagrado no Capítulo 2 do Código de Processo Penal Transitório da Eritreia (TCPCE), também abordam a questão da confissão (Artigo 27/2). Da mesma forma, a duração da custódia policial é limitada a 48 horas (Artigo 29); a polícia pode libertar o suspeito sob fiança de acordo com o procedimento previsto (Artigo 28), o que evita qualquer método inadequado durante a investigação do suspeito (Artigo 31). O prazo

máximo prescrito para a investigação, nos termos do artigo 59 do TCPCE e da Proclamação 1/1991, é de 28 dias e é geralmente respeitado.

25. Consequentemente, a polícia eritreia envidou esforços para garantir que as suas investigações cumpram o procedimento em vigor e para respeitar o direito à fiança, incluindo o direito dos suspeitos, que é fundamental. Nesse sentido, a adequada apreciação dos casos na fase inicial das denúncias ou informações tem, nos termos da lei, ajudado a consolidar as seguintes práticas:

- Avaliar e verificar reclamações insuficientemente fundamentadas e não criminais
- Incentivar a resolução de delitos menores por meio de arbitragem e reconciliação
- Reunir provas suficientes antes de tomar medidas de detenção
- Avaliar cuidadosamente e fazer valer o direito dos suspeitos à fiança

26. Fica claro pela prática que os princípios acima foram bem respeitados durante o período do relatório, apesar dos desafios colocados pela COVID 19. Além disso, os esforços para resolver casos por meio de arbitragem e outros meios pacíficos provaram ser muito úteis (*ver tabela abaixo*). Isso permitiu fortalecer ainda mais os valores culturais da sociedade eritreia e concentrar-se na investigação de infrações penais prioritárias dentro dos prazos prescritos pelo Código de Processo Penal.

Ano	2017	2018	2019	2020
% casos resolvidos por arbitragem	8,67	10,27	8,79	8,78

Tabela 1: Dados sobre a solução de casos por arbitragem

27. Além disso, esforços planejados foram feitos para minimizar os efeitos de casos que excedem os limites processuais e questões relacionadas, como atrasos na obtenção de evidências significativas, incluindo evidências forenses, e a indisponibilidade de testemunhas oculares e suspeitos em tempo hábil. Nesse sentido, são realizadas reuniões semanais de investigação policial para avaliar e gerenciar o andamento dos casos, e aquelas que não contêm evidências suficientes são avaliadas posteriormente.
28. Um aspecto importante do fortalecimento do Estado de direito é o progresso observado nas atividades de aplicação da lei com objetivos mais amplos de ordem pública, particularmente no nível comunitário, com pleno respeito aos direitos e liberdades fundamentais. A manutenção da ordem e segurança públicas é assegurada por 54 esquadras de polícia e 35 postos adicionais (subcomissões) no respeito pela igualdade de direitos e liberdades fundamentais. Apenas uma delegacia de polícia, inaugurada em Kerkebet, na região de Anseba, foi adicionada desde o último relatório apresentado em 2016. A capacidade de recursos humanos da Polícia da Eritreia permaneceu a mesma, com apenas algumas medidas tomadas para preencher as lacunas (138 novos oficiais - 3,4%) por vários motivos. Atualmente, são 3.902 policiais (3.156 homens, 746 mulheres - 19,2%).
29. Atualmente, 1263 comunidades têm policiamento comunitário com um total de 8657 agentes presentes em todo o país (*ver tabela abaixo*), o que reforça a ordem pública a nível local. As capacidades institucionais e organizacionais do policiamento comunitário têm sido fortalecidas com o objetivo de garantir a dignidade humana, a segurança pública e a ordem pública. Mais de 3.865 reuniões de treinamento e seminários foram realizados durante o período do relatório para fortalecer a eficácia e a contribuição desta política. Além disso, o número total de infrações tratadas pela polícia comunitária durante o período de referência é de aproximadamente 21.730. Desse total, 17.458 (80,34%) foram liquidados no nível da polícia comunitária, 1.819 (8,38%) foram encaminhados às delegacias de polícia e 2.453 (11,29%) foram encaminhados aos tribunais comunitários para decisão judicial. Ressalta-se que o número de casos por ano caiu 44,55%, passando de 5630 em 2017 para 3122 em 2020.

Centro	Sul	Gash Barka	Anseba	mar Vermelho Setentrional	mar Vermelho Meridional	Total
2051	2846	1865	1865	765	256	8657

Tabela 2: Distribuição dos Oficiais de Policiamento Comunitário por Região

30. Além disso, a conscientização pública e a responsabilidade pela prevenção do crime foram fortalecidas. As campanhas públicas direcionadas a todas as categorias sociais (estudantes, jovens, motoristas de táxi, idosos e outros, conforme necessário) continuaram a fortalecer e garantir a responsabilização. Com a pandemia da COVID-19 e as medidas restritivas resultantes, as reuniões/seminários diminuíram em número, mas, no entanto, continuaram, levando em consideração os protocolos de confinamento e as responsabilidades relacionadas. Estas atividades diziam respeito a:

- delitos e contravenções cometidos em localidades específicas.
- consciência dos crimes e delitos cometidos e seus efeitos na segurança e na ordem pública,
- reforçar a responsabilização e a partilha de experiências

31. As reuniões/seminários acima foram facilitados pelos chefes das delegacias de polícia. Atividades semelhantes foram organizadas por comandantes das forças policiais a nível nacional e regional, incluindo comandantes da polícia de trânsito. As reuniões se concentraram em questões gerais e atuais que exigem senso de responsabilidade e contribuição de todos para a preservação da ordem e segurança públicas, bem como relações e colaboração polícia-comunidade para a aplicação e proteção eficazes da lei. Durante o período coberto pelo relatório, foram realizadas as seguintes reuniões/seminários públicos:

Ano	Nº de Reuniões/Seminários	Nº de participantes
2017	1835	602 701
2018	1876	632 677
a 2019	1369	681 161
2020	525	143430

Quadro 3: Reuniões/seminários e nível de participação pública

32. Para consolidar os esforços acima mencionados, a revista policial ("Polícia e o Público") continuou a ser publicada a cada dois meses, embora vários números não pudessem ser publicados durante o confinamento da COVID-19. A revista aborda questões relacionadas às liberdades, à ordem pública e às responsabilidades, bem como à prevenção do crime. Como de costume, a revista oferece aconselhamento policial geral, aborda questões legais e suas implicações, aspectos e experiências relacionadas à prática de crimes, esforços para rastrear os perpetradores, o papel do público e contém entrevistas com importantes mensagens e experiências éticas.

33. Além da ampla gama de informações gerais divulgadas na mídia pública eritreia, a Polícia da Eritreia realiza transmissões de rádio ao vivo (duas vezes por semana durante meia hora) em colaboração com o Ministério da Informação. Os temas abordados são semelhantes aos discutidos em reuniões/seminários e na revista policial, mas também incluem importantes

notícias nacionais e internacionais sobre ação policial e criminalidade. Durante o período do relatório, 208 programas foram transmitidos ao vivo e estes não foram afetados pela pandemia de COVID 19.

2.3. Liberdades fundamentais (artigos 4.º a 8.º)

2.3.1. Dignidade dos presos e sistema penitenciário

34. O Serviço Prisional e de Reabilitação da Eritreia (EPRS), em consonância com o Plano Estratégico do Sistema Prisional para 2020-2024, intensificou os seus esforços para garantir a reintegração e responsabilização dos condenados para que se tornem cidadãos produtivos e cumpridores da lei, uma vez de volta à sociedade. Além disso, a implementação dos regulamentos e diretrizes dos Serviços Prisionais e de Reabilitação em relação ao respeito e proteção dos direitos dos presos foi reforçada na letra e no espírito. Além disso, o fortalecimento do conhecimento sobre os direitos dos detidos, as modalidades e garantias relativas à apresentação de denúncias pelos detidos em casos de supostos abusos, mas também a gestão dos abusos pelos centros de detenção possibilitou consolidar a responsabilização institucional.

35. Neste sentido, o respeito e a proteção dos direitos dos reclusos continuam a ser o principal objetivo dos Serviços Prisionais e de Reabilitação nos 11 centros de detenção do país (incluindo um centro de mulheres localizado na capital). O principal objetivo durante o período do relatório foi a consolidação e manutenção dos esforços anteriores (*ver parágrafos 77 a 83 do relatório inicial*), tendo em conta a situação e o impacto da pandemia da COVID 19. A dignidade, a segurança e o desenvolvimento pessoal dos reclusos são garantidos de acordo com os códigos transitórios nacionais e continuam a ser envidados esforços para cumprir as normas legais que protegem os direitos dos reclusos.

36. A saúde e a segurança dos reclusos são garantidas e as seguintes medidas importantes foram implementadas:-

- De acordo com as regras e medidas emitidas pelo Grupo de Trabalho de Alto Nível do Governo sobre a COVID-19, todas as prisões aplicaram de forma eficaz e rigorosa os protocolos padrão da COVID. Nenhum caso de infecção ou morte relacionado à doença foi registrado entre eles.
- Todas as instituições penitenciárias possuem unidades de saúde funcionais. A segurança sanitária dos reclusos é assegurada e são prestados os seguintes serviços:

Dispensários/e nfermarias prisionais			Hospitais Públicos			Total
Assistên	Hospitalizaçã	Total	Assistê	Hospitalizaçã	Total	

cia Ambula torial	o		ncia Ambul atorial	o		
52720	4809	57529	7719	531	8250	65779
91,64%	8,36%	100%	93,56%	6,44%	100%	
% Total geral		87,5%	% Total geral		12,5%	

Quadro 4: Serviços de saúde para reclusos prestados por unidades de saúde prisionais

- O Departamento de Controle de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde realizou um estudo aprofundado sobre tuberculose, HIV, doenças sexualmente transmissíveis e hepatites nas prisões em uma amostra de 500 presos; os resultados e análises ainda não estão finalizados. No geral, testar 2.063 detentos em várias instalações para doenças transmissíveis foi uma tarefa prioritária durante o período do relatório.
 - Por outro lado, foram organizadas campanhas e seminários sobre segurança sanitária, incluindo:
 - sobre doenças transmissíveis, saneamento e higiene nos centros de detenção de Asmara e seminários semelhantes no centro de detenção de Keren,
 - sobre doenças transmissíveis e, além disso, pela Associação Biddho sobre HIV/AIDS em Asmera e Keren,
 - por ocasião do Dia Internacional das Doenças Transmissíveis, em particular a tuberculose, em todos os centros de detenção.
 - Além disso, o ônibus da clínica móvel do Ministério da Saúde realizou exames otorrinolaringológicos, oftalmológicos e cutâneos e 26 pessoas (de 60 que realizaram exames oftalmológicos) receberam óculos. 67 prisioneiras beneficiaram de exames relacionados com a saúde materna e rastreio do cancro. Tratamentos de prevenção de tracoma também foram administrados nos centros de detenção de Massawa e Assab.
37. A oferta educacional também continuou e 3741 prisioneiros (2529 matriculados nas séries 1 a 12) em 10 centros de detenção continuaram a receber educação geral. Dos detentos que cursavam o ensino superior, 6 obtiveram bacharelado e/ou mestrado, 12 possuíam diploma de nível inferior (graduação) e 8 receberam certificado. Há também ofertas de formação em 12 áreas técnicas. Assim, 1212 presos foram matriculados em programas de formação profissional (526 em informática, 40 em tecelagem, 131 em contabilidade, 189 em instalação elétrica, 71 em instalação de antena parabólica, 78 em instalação de iluminação solar, 33 em design gráfico, 52 em mecânica automotiva, 17 Photoshop, 30 em instrumentos musicais, 27 em literatura e 21 em desenho).
38. Deve ser dada a devida atenção à reabilitação de mulheres presas. O Dia Internacional da Mulher é celebrado todos os anos e as mulheres presas desempenham um papel de liderança

na organização deste evento. Além disso, no Centro de Detenção de Asmara (Hazhaz), uma empresa de voluntariado ministrou aulas de beleza e maquiagem para 26 estagiárias. Uma formação semelhante de três meses foi fornecida a 25 formandas por um formador voluntário.

39. A fim de fornecer informações gerais e específicas destinadas a fortalecer a contribuição dos presos, a revista Serviços Prisionais e de Reabilitação (*Tehadso* - que significa reintegração, publicada a cada 3 meses) continua a aparecer e o 15º número foi publicado. A participação dos detentos na redação de artigos e histórias é significativa. Além disso, um livro na língua *Tigrigna* escrito por um estagiário sob o título *de Hiyab Emnet* (o dom da fé) foi lançado no centro de detenção de Tseteerat (na cidade de Asmera). As atividades desportivas e culturais também continuaram durante todo o período do relatório. Além disso, os dados apresentados a seguir mostram os seminários e conferências organizados por profissionais para detentos durante o período em análise.

Sector	Saúde	Juiz	Educação cívica	Psicologia social	Artes	Construção da nação	Total
Quantidade	15	5	15	10	5	5	55

Quadro 5: Seminários e conferências profissionais para reclusos

40. O direito de manter crenças religiosas e praticar sua religião livremente em centros de detenção é implementado de acordo com o Artigo 2 (2) a (9) do Regulamento de Serviços Prisionais e de Reabilitação. O acesso à informação, incluindo notícias nacionais e internacionais, é assegurado e todos os centros garantem o acesso à rádio, televisão por satélite e meios de comunicação impressos. Visitas mensais de familiares e amigos, bem como visitas adicionais concedidas mediante solicitação, e a troca de correspondências a qualquer momento estão entre os direitos dos presos aplicados criteriosamente. Enquanto na maioria dos centros, os detidos praticam livremente os seus ritos no seu dormitório, no centro de Sembel, localizado na capital, têm acesso a uma capela e a uma mesquita.

2.3.2. Liberdade de religião (Artigo 8º)

41. É feita referência aos parágrafos 65 a 68 do Relatório Inicial e a liberdade de religião, conforme consagrada no Artigo 8 da Carta Africana, continua a ser protegida por lei de acordo com o Código de Transição e as proclamações aplicáveis. É garantida como parte integrante da cultura e é respeitada por todos os cidadãos. Qualquer discriminação ou perseguição com base em crenças, incluindo crenças religiosas, é proibida.

42. As instituições religiosas são independentes de acordo com a lei nacional e elegem seus respectivos líderes, como membros do Sínodo e Dar-al-Iftae, bem como outros órgãos de tomada de decisão, sem qualquer interferência externa. A eleição do patriarca é organizada pelo sínodo e a cerimônia sagrada ocorre sob a direção da ordem religiosa e de acordo com os procedimentos da Igreja Ortodoxa. Além disso, uma comissão eleitoral é estabelecida no nível de cada mosteiro com base nas regras e princípios sagrados da Igreja Ortodoxa. A eleição do Mufti da Eritreia também ocorre de acordo com as regras e diretrizes religiosas emitidas pelo Dar-al-Eftae, o Conselho Supremo responsável por avaliar e finalizar as regras e procedimentos relativos à eleição do Mufti. Representantes de todas as regiões se reúnem para eleger o novo Mufti da Eritreia.
43. Conforme observado no Relatório Inicial, as instituições e líderes religiosos continuam a desempenhar um papel importante no fortalecimento da harmonia e da coesão social. Neste capítulo, o mecanismo conjunto de coordenação inter-religiosa para líderes religiosos continua a desempenhar um papel valioso. Isso foi demonstrado mais uma vez durante a pandemia de COVID-19. Como o Regulamento Geral de Contenção Nacional previa a suspensão das cerimônias e serviços religiosos, o governo consultou os líderes religiosos antes de dar esse passo, a fim de poder implementar a declaração de contenção. Com base no acordo alcançado, as instituições religiosas, através dos seus líderes, emitiram orientações para a implementação do confinamento nacional em todas as igrejas e mesquitas.
44. A implementação da Proclamação 73/1995, e em particular do Artigo 6, Partes 1 e 2, relativa à participação de instituições religiosas na administração de serviços sociais e atividades de desenvolvimento, é outra medida abordada neste relatório. De acordo com esta Proclamação, o controle funcional e administrativo dessas disposições é de responsabilidade do governo e é implementado com base na igualdade de direitos e oportunidades, conforme consagrado na legislação nacional. No entanto, esta medida legal não foi totalmente implementada por várias razões, condições e situações. Em maio de 2019, no entanto, o governo emitiu uma diretriz para a plena implementação da Proclamação e, como resultado, escolas e serviços de saúde em todos os níveis administrados por instituições religiosas foram transferidos para os respectivos setores governamentais relevantes e integrados ao sistema de saúde e educação do país. Esta decisão foi acolhida com entusiasmo por todas as instituições religiosas, com exceção da Igreja Católica que manifestou a sua insatisfação e tentou uma fútil campanha de desinformação contra a medida.

2.3.3. Liberdade de expressão, de associação e de reunião

45. O artigo 14 do Código Civil de Transição (CITT) garante o direito de expressar as próprias ideias, que só pode ser limitado pelo respeito aos direitos dos outros, à moral e à lei. Se nenhuma interferência no exercício desse direito for tolerada, ele não poderá ser usado para fins políticos ou em detrimento da moral e da ordem pública.

(i) Meios de comunicação e acesso à informação (Artigo 9)

46. Um dos pilares fundamentais da Carta Nacional da Eritreia de 1994, dos Códigos Cíveis e das Proclamações relacionadas do país é o respeito pelos direitos inalienáveis dos cidadãos à expressão legítima de sua opinião e ao acesso à informação, sem qualquer interferência. Considera os cidadãos como actores e beneficiários do fluxo de informações e ideias. Isso, no entanto, envolve a responsabilidade de cada cidadão e também requer a proteção do interesse da nação e da sociedade como um todo. Além disso, existem cláusulas jurídicas específicas que definem os limites aplicados à liberdade de expressão, a fim de preservar a segurança nacional e a ordem pública e evitar actos difamatórios que possam denegrir outros segmentos da sociedade.

47. A contribuição da mídia eritreia para a liberdade de expressão e acesso à informação, conforme descrito no Relatório Inicial (parágrafos 72-76), baseia-se em uma *abordagem participativa*. Durante o período do relatório, e apesar da pandemia de COVID-19, o acesso à informação foi assegurado em termos de conteúdo, apresentação e organização. A mídia pública promove uma participação pública mais ampla e incentiva a participação responsável no desenvolvimento nacional, da seguinte forma:

- a transmissão de programas de rádio em todas as línguas do país, bem como programas de televisão e jornais locais em quatro línguas (tigrigna, tigre, árabe e inglês) reforça a participação do público.
- mesas redondas e plataformas de discussão, incluindo programas de chamada, foram consolidadas para incentivar os cidadãos a expressar opiniões críticas sobre políticas, questões nacionais e direitos relacionados, incluindo sobre a integração dos direitos humanos.
- Programas de televisão e rádio para crianças, bem como colunas e artigos na imprensa escrita pública, foram fortalecidos, com conteúdo mais amplo e distribuição semanal regular. A natureza participativa desses programas é importante. Na maioria dos casos, as crianças e os jovens são os principais actores e protagonistas. A programação juvenil assume principalmente a forma de painéis de discussão sobre questões variadas e relevantes e é produzida exclusivamente por jovens, incluindo estudantes.
- Vários ministérios e organizações da sociedade civil reforçaram a sua contribuição através dos espaços disponibilizados nos meios de comunicação públicos (rádio, televisão, imprensa) sobre questões jurídicas substantivas, segurança alimentar, ambiente, saúde, proteção social, igualdade das mulheres, empoderamento dos jovens, direitos laborais, etc. Os vários ministérios e associações nacionais envolvidos lideram a preparação e

apresentação de programas/mensagens transmitidos nos meios de comunicação públicos (rádio, televisão e imprensa).

48. Os programas da Eri-TV são transmitidos em todo o mundo através das plataformas *Arab Sat* e *Nile Sat*, a fim de alcançar um público mais amplo, incluindo a grande diáspora eritreia. Além disso, o setor de televisão é liberalizado, o que garante acesso diversificado à informação. As famílias adquirem set-top boxes e normalmente recebem até 1310 canais livres (alguns são repetidos em frequências diferentes) que podem ser captados pelo Arab Sat e Nile Sat. A pesquisa nacional realizada em novembro de 2017 estabeleceu que 91% dos domicílios em 20 cidades urbanas e semi-urbanas têm antenas parabólicas e decodificadores e o público eritreu continua a ter acesso a mais de 1000 canais de TV (BBC, CNN, Aljazeera, CGTN, MBC, canais esportivos, etc.), incluindo alguns canais subversivos baseados em Londres, Paris, etc.
49. A fim de promover a participação e a análise crítica, o Ministério da Informação realiza pesquisas periódicas para coletar feedback de seu público nacional por meio de telefonemas anônimos. Em novembro de 2017, lançou uma extensa pesquisa nacional de todos os seus programas usando os serviços profissionais do departamento de marketing da *Faculdade de Economia e Administração de Empresas*. Esta operação foi financiada em parte pelo PNUD. O feedback de uma ampla gama de públicos (rural/urbano, todos os grupos sociais e gênero) é construtivo e positivo. O feedback fornecido principalmente pelos pais e outros adultos é positivo, ilustrando a popularidade dos programas.
50. Vários ministérios e organizações civis nacionais têm nichos na mídia pública (rádio, televisão e mídia impressa). Periódicos especializados voltados para um público-alvo são publicados por vários ministérios, agências e organizações civis nacionais. A produção e divulgação de obras culturais diversas também está desenvolvendo e contribuindo para a promoção da liberdade de expressão, mas também para o acesso à informação.
51. Embora os esforços acima tenham contribuído para fortalecer a cultura da liberdade de expressão, *seminários e debates* organizados desde a aldeia até o nível nacional para diferentes fins continuam a garantir o acesso à informação e fortalecer o pensamento crítico e a participação responsável na construção da nação.
52. *O serviço de Internet* permanece lento, como indicado no relatório inicial, mas os esforços continuam a ser feitos para melhorar a situação. Os cibercafês continuam a prestar serviços ao público em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis e tornaram-se um meio útil de acesso à informação e intercâmbio.

(ii) Liberdade de associação e reunião (Artigos 10 e 11)

Generalidades

53. O Estado Parte remete para os parágrafos 69-71 do relatório inicial no que diz respeito à base legal para a liberdade de associação e reunião, ao âmbito das atividades realizadas e à extensa rede de organizações existentes no país. Ele também se refere aos parágrafos 258 a 269 do relatório inicial no que diz respeito aos *artigos 10 a 11, bem como ao artigo 13 da Carta Africana*. Além disso, um dos princípios fundamentais dos códigos e proclamações de transição é o respeito e a proteção dos direitos dos cidadãos à liberdade de expressão, reunião, opinião e associação sem interferência, de acordo com a lei. Isso requer uma responsabilidade coletiva pela segurança nacional, pelos valores nacionais, pela ordem pública e pelo respeito ao próximo.
54. *Como resultado, todas as associações são entidades autónomas registadas*. Eles têm os seus próprios estatutos, elegem os seus próprios líderes e organizam congressos, conferências, reuniões e outras atividades. Dispõem de redes a todos os níveis no país e na diáspora e continuam a participar nos esforços de desenvolvimento nacional em vários setores. Realizam programas de sensibilização através dos meios de comunicação social e trabalham para capacitar os seus membros através da educação, formação profissional, programas de microcrédito e empreendedorismo.
55. Organizações de jovens, mulheres, trabalhadores e pessoas com deficiência estão representadas na estrutura responsável por coordenar e mobilizar atores para o monitoramento dos direitos humanos em diferentes níveis. Eles continuaram a defender e contribuir para a integração dos direitos humanos no desenvolvimento nacional, bem como a implementação de várias obrigações internacionais e regionais de relatório do Estado, inclusive nos termos da Carta Africana. Sem subestimar o papel e a contribuição de várias outras associações (*as centenas de associações e organizações sociais, culturais e comunitárias presentes em todo o país*), este relatório concentra-se em jovens/estudantes, mulheres, trabalhadores e pessoas com deficiência como símbolos do esforço feito em termos de liberdade de expressão, reunião e associação.

Mobilização e organização de jovens e estudantes

56. **Organização**:- Como uma organização estudantil e juvenil (com idades entre 14 e 40 anos), a União Nacional da Juventude e Estudantes da Eritreia (NUEYS) tem membros até ao nível da aldeia. Possui uma rede de escolas e instituições de ensino superior, e os seguintes dados mostram progressos:-
- Atualmente, a NUEYS tem 22.000 membros principais e mais de 302.000 membros individuais nas seis regiões administrativas do país. As mulheres representam 51% dos membros do núcleo e 52% dos membros solteiros, enquanto sua taxa de representação em diferentes níveis de responsabilidade é de 42%.

- Com o aumento do número de escolas e instituições de ensino superior, a NUEYS expandiu as suas atividades e o número de estudantes membros aumentou de 415 secções em 2016 para 478 secções em 2020.
- O número de secções de jovens fora da escola na União também aumentou de 52 em 2016 para 60 em 2020. Assim, o número de membros solteiros e membros do núcleo (jovens e estudantes) aumentou 32% e 13%, respectivamente. As associações de crianças e os clubes de comunicação social também continuaram as suas atividades nas escolas.

57. **Mobilização e Campanhas**:- Durante o período em análise, a União Nacional da Juventude e Estudantes da Eritreia expandiu e reforçou as suas atividades de sensibilização (apesar das restrições inicialmente impostas a grandes reuniões durante a pandemia da COVID 19), da seguinte forma:-

- As transmissões de televisão e rádio em todas as línguas do país continuaram e 38 edições da revista "*Youth*" foram publicadas em 6 línguas locais (1170 artigos). Além disso, as mensagens foram divulgadas no site www.eriyouth.org, bem como em plataformas de redes sociais. As mensagens foram transmitidas através de dez programas de rádio para jovens em oito idiomas locais (1.690 episódios foram ao ar) e 164 episódios de televisão.
- A “Semana da Juventude e dos Estudantes” é organizada anualmente em cada subárea, bem como um festival interuniversitário, enquanto um dia nacional da juventude é organizado a cada dois anos. Esses eventos promovem a diversidade cultural, a capacidade de inovação, bem como talentos educacionais e esportivos. Nos últimos quatro anos, foram organizadas 225 edições da Semana da Juventude, 3 edições do Inter-College Festival e 1 edição do Dia Nacional da Juventude e do Estudante.
- Fortalecimento de ações de conscientização pública sobre questões de gênero e defesa de uma atitude positiva em relação à participação igualitária das mulheres (1659 eventos com a participação de 395.048 jovens).
- Foram realizados 409 eventos, entre capacitações de lideranças, campanhas de igualdade de gênero, mesas-redondas e seminários públicos, com a participação de 109.786 jovens de todo o país.

58. **Formação Profissional e Empreendedorismo** – A NUEYS trabalha para capacitar os jovens através da formação profissional, programas de microcrédito e promoção do empreendedorismo. Entre 2008 e 2010, 6.711 jovens (incluindo 4.858 mulheres - 72,4%) de famílias economicamente desfavorecidas beneficiaram de 230 cursos de formação profissional, com duração de três meses a um ano. Pequenos subsídios e empréstimos iniciais também foram concedidos a 134 jovens economicamente desfavorecidos, de acordo com seu plano de negócios para a criação de microempresas.

59. Diante da **COVID 19**, a NUEYS mobilizou jovens no combate à pandemia, principalmente por meio da mobilização de voluntários e da realização de campanhas de conscientização.

Aproximadamente 2.000 jovens voluntários foram usados principalmente para monitorar movimentos públicos, regras de distanciamento social e máscaras obrigatórias, após receberem treinamento inicial sobre autoproteção e proteção de outras pessoas.

Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres

60. Faz-se referência aos parágrafos 296-323 do relatório inicial sobre os esforços e desafios enfrentados pelo Estado Parte em relação à igualdade de género e ao empoderamento das mulheres. Durante o período coberto pelo relatório, a União Nacional das Mulheres da Eritreia (NUEW) intensificou suas atividades com o objetivo de fortalecer e expandir os ganhos em igualdade de género e empoderamento das mulheres, da seguinte forma:

61. **Organização** - Mais de 342.096 mulheres eritreias com mais de 16 anos estão atualmente afiliadas à União Nacional das Mulheres da Eritreia, 31,1% das quais têm entre 16 e 65 anos. Durante o período em análise, a União Nacional das Mulheres da Eritreia concentrou-se mais em estudantes do sexo feminino com idades entre os 16 e os 20 anos e atualmente tem 1975 membros registados. Além disso, a NUEW apoiou a orientação de 35 raparigas profissionais que se esforçam por capacitar e influenciar os seus pares. A associação profissional organizou reuniões ao nível das escolas secundárias, faculdades e do Centro de Formação do Serviço Nacional (Sawa). Durante o período do relatório, a NUEW organizou reuniões anuais de orientação política, organização e avaliação, incluindo 2 a nível do Comité Central, 4 reuniões do Conselho Executivo e reuniões mensais dos Chefes de Departamento.

62. **Atividades políticas e sociais** - Esforços foram feitos para fortalecer as habilidades políticas, sociais, económicas, culturais e organizacionais dos membros, com um foco maior no seguinte:

- Em 2017, os Ministérios da Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social e a União Nacional das Mulheres da Eritreia, em colaboração com o UNICEF e o UNFPA, estabeleceram um Comité Gestor Nacional (NSC) composto por altos funcionários. Além disso, foi estabelecido um Comité Técnico Nacional (CNT), que inclui os Diretores Gerais dos três ministérios. O Comité Técnico presta apoio funcional e organizacional a comités regionais e sub-regionais ativos no combate a práticas nocivas, como a mutilação genital feminina e o casamento precoce. Este apoio baseia-se numa avaliação aprofundada e no Plano de Ação Estratégico Nacional 2020-2024 para aumentar a consciencialização e consolidar os esforços da comunidade contra práticas nocivas contra mulheres e crianças.
- Com base nos resultados do Simpósio NUEW de 2017, uma avaliação aprofundada e decisões tomadas sobre igualdade de género e empoderamento das mulheres, a NUEW

também organizou reuniões, campanhas e atividades organizacionais em todo o país sobre várias questões, incluindo,

- 11764 assembleias gerais (com a participação de 1617453 pessoas), 6901 reuniões específicas sobre diferentes questões políticas e jurídicas (620455 participantes),
 - campanhas de advocacia sobre saúde, eliminação da mutilação genital feminina e casamento precoce (com a participação de 437001 pessoas em todo o país).
 - Foram estabelecidos comitês de igualdade de gênero em todas as escolas e foi concluída a campanha contra os casamentos precoces, envolvendo 289.684 alunos.
 - Implementação de um programa de alfabetização para 402.531 participantes (77% dos quais são mulheres).
 - Além disso, para incentivar a educação das raparigas e por ocasião das festividades de 8 de março, 5573 das raparigas mais brilhantes receberam apoio financeiro no valor total de 780002, 21 RER) e 1240 raparigas desfavorecidas receberam materiais escolares, artigos de higiene e propinas escolares, no valor de 264.757,5 RER.
- Várias medidas socioculturais também foram tomadas para transformar os modelos socioculturais, criando clubes de amigas da União Nacional das Mulheres da Eritreia em cada região, com a participação ativa de idosos, líderes religiosos, jovens e outras pessoas influentes, com o objetivo de combater os preconceitos culturais. Um número crescente de mulheres artistas exemplares, músicos, diretores de teatro, atrizes, poetas, escritores, ciclistas, futebolistas, modelos e cidadãos tem sido chamado a ajudar a mudar as práticas e atitudes tradicionais dentro das comunidades.
 - Além disso, um dos principais desafios a serem superados, e que é atribuível a várias causas, é o problema da fistula. 261 casos foram tratados no hospital de referência de fistula Medefera. O Sindicato Nacional das Mulheres da Eritreia forneceu necessidades básicas no valor de 400.000,00 Nackfa para as mulheres durante sua hospitalização.

63. Economia:- As atividades económicas da União Nacional das Mulheres da Eritreia durante o período de referência são as seguintes.

- As cooperativas agrícolas femininas (ativas na produção de hortaliças e cereais com 1447 mulheres) em 100 localidades administrativas receberam 5 bombas de água.
- Foram distribuídos 30.928 fogões economizadores de energia melhorados em 3 das 6 regiões (Norte do Mar Vermelho, Gash Barka e Centro).
- Foram instalados 10 moinhos de cereais alimentados por energia solar na região sul do Mar Vermelho.
- Para produzir pensos higiénicos de forma mais eficiente, foram introduzidas máquinas automatizadas na fábrica da NUEW com o apoio do PNUD.

64. **Foco nas questões sociais** - Após o simpósio de 2017, um dos principais objectivos definidos pela União Nacional das Mulheres foi o de reforçar o papel das mulheres na família

e nos círculos sociais. As acções realizadas neste domínio durante o período em análise foram as seguintes -

- Foram criados centros de aconselhamento familiar nas seis regiões, tendo sido tratados 11 655 casos e problemas em colaboração com os serviços sociais, jurídicos e policiais. Os principais casos tratados, que representam 83,5% do total, dizem respeito a terras agrícolas (4354 ou 37,4%), divórcio/separação (3017 ou 25,9%), abonos de família/apoio financeiro (1704 ou 14,6%) e questões de propriedade (501 ou 4,3%). O restante inclui 830 outros casos não encerrados (7,12%), bem como 148 casos de adultério (1,3%), 131 casos de herança (1,12%), 250 casos de relações sexuais ilícitas e traição (2,15%), 235 casos de casamento precoce (2,02%) e 445 casos de alegada violação (3,8%).
- Foram abertos centros de acolhimento de crianças, numa base piloto, perto de escolas e instituições, para aliviar a carga das mulheres trabalhadoras e profissionais da região Centro. Durante o período 2017-2019, 105 das 169 escolas criaram estruturas de acolhimento de crianças.

65. Medidas legais - Durante o período de referência, 147 casos de mutilação genital feminina (MGF) na região de Anseba foram remetidos aos tribunais para julgamento. Do mesmo modo, foram anulados os casamentos de 55 crianças e quase todos os alunos prosseguiram os seus estudos. Não foram registados casos de acções judiciais relativas à mutilação genital feminina nas outras regiões durante o período de referência.

66. Empenho, participação e celebrações a nível internacional/regional

- Participação ativa nas sessões da Comissão sobre o Estatuto das Mulheres (CSW) (61ª Sessão CSW, 2017 - Empoderamento económico das mulheres num mundo do trabalho em mudança; 62ª Sessão CSW, 2018 - Desafios e oportunidades para alcançar a igualdade de género e o empoderamento das mulheres e raparigas nas zonas rurais; 63.ª CSW, 2019 - Sistemas de proteção social, acesso a serviços públicos e infraestruturas sustentáveis para a igualdade de género e o empoderamento das mulheres e raparigas; 64.ª CSW, 2020 - onde, devido à pandemia da COVID-19, foi apresentada uma mensagem gravada em vídeo).
- A NUEW apresentou o 6.º relatório CEDAW em março de 2019 e uma delegação liderada pelo Presidente da NUEW deslocou-se a Genebra para uma apresentação e um diálogo construtivo com o Comité CEDAW da ONU (em 14 de fevereiro de 2020) e forneceu/forneceu explicações e respostas às questões levantadas pelo Comité CEDAW.
- O Dia Internacional da Rapariga, celebrado todos os anos pela União Nacional das Mulheres da Eritreia, em colaboração com o Ministério da Educação e a UNICEF, serviu de fórum para promover a educação das raparigas. O Dia Internacional da Mulher também é celebrado anualmente.

Movimento e organização dos trabalhadores

67. É feita referência aos parágrafos 229 a 238 do Relatório Inicial, ao Artigo 10 (secções 1 e 2) e ao Artigo 11 da Carta Africana, secção 1. A base estatutária da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Eritreia (NCEW) assenta nas disposições dos artigos 86.º e 89.º da Proclamação n.º 118/2001 relativa ao trabalho na Eritreia. As relações laborais, já de si boas, foram reforçadas por um acordo tripartido que envolve a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Eritreia (NCEW), a Federação dos Empregadores da Eritreia (EFE) e o Ministério do Trabalho e da Proteção Social. O NCEW participa ativamente em consultas tripartidas sobre questões relacionadas com o trabalho, a saúde e a segurança dos trabalhadores e a promoção dos jovens e das mulheres trabalhadoras. O NCEW também coopera com organizações regionais e internacionais do trabalho no contexto da solidariedade internacional.

Consolidação organizacional

68. A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Eritreia (NCEW) realizou o seu congresso de 27 a 29 de março de 2017 e elegeu uma nova direção. As 5 federações da Conferência (produtos alimentares e bebidas, química e minas, serviços, transportes e comunicações, têxteis e couro) também realizaram os respectivos congressos. Nos últimos quatro anos, a NCEW trabalhou para aumentar o número de membros e a representação das mulheres no conselho central e no comité executivo e, atualmente, 21 dos 55 membros do conselho central são mulheres. O 7º Congresso da NCEW criou um "Departamento de Mulheres Trabalhadoras" e incentivou as mulheres a assumirem posições de liderança nos sindicatos. De um modo geral, o direito de livre organização foi consolidado e os sindicatos agrupados nas 5 federações são atualmente 164 (menos 4 do que em 2015). O NCEW tem atualmente 21245 membros (40,4% dos quais são mulheres).

69. A elaboração de novas convenções colectivas e a renovação das obsoletas é uma parte essencial das actividades sindicais. Em dezembro de 2020, o número de convenções colectivas nos sindicatos de base das cinco federações ascendia a 104. Os conflitos sociais a nível da empresa são geridos de forma responsável pela direção e pelos representantes dos trabalhadores. Os litígios não resolvidos são submetidos ao Conselho das Relações Laborais (*composto por dois representantes do CNEW, dois representantes da federação patronal e um representante do Ministério do Trabalho e da Proteção Social, que preside ao Conselho*). A este respeito, o NCEW continua a desempenhar o seu papel de defensor dos direitos dos trabalhadores em conformidade com a lei e os procedimentos legais, com os seguintes resultados durante o período em análise:

Total de casos/litígios	Pendentes	Encerrados	Conciliação	Rejeitados	Fraccionados
59	20	7	15	5	9

Quadro 6: Casos e ações relativos à defesa dos direitos dos trabalhadores

Saúde e segurança no trabalho (SST)

70. Como parte da agenda do trabalho digno, as condições de saúde e segurança no local de trabalho são de grande importância para maximizar a saúde e a produtividade dos trabalhadores. O NCEW monitoriza continuamente as actividades de SST nos locais de trabalho filiados nas cinco federações através dos 45 comités de saúde e segurança criados nos sindicatos de base.

Facilitação entre pares para prevenir a transmissão do VIH/SIDA, da malária e da tuberculose entre os trabalhadores

71. Durante o período de referência, o número de facilitadores e coordenadores que desempenham um papel ativo na sensibilização para a prevenção do VIH/SIDA, da malária e da tuberculose entre os seus pares no local de trabalho atingiu os 300. O NCEW, em colaboração com o Ministério da Saúde, está também ativamente envolvido na sensibilização dos trabalhadores para a proteção da sua saúde contra as doenças transmissíveis e, mais recentemente, para a prevenção da COVID-19.

Actividades de formação e aprendizagem ao longo da vida

72. Nos últimos três anos, a NCEW envidou esforços consideráveis para reforçar a formação e a reciclagem dos seus trabalhadores. O centro desenvolveu um curso de formação normalizado para todos os programas de formação profissional em colaboração com a TVET. Além disso, o centro introduziu um nível avançado de formação em redes informáticas. O NCEW também trabalhou para criar centros de formação profissional e técnica com programas orientados para a procura em todo o país, tendo em conta as iniciativas do centenário da OIT. O Centro de Formação Profissional dos Trabalhadores de Massawa (MWVTC) é um exemplo disso. O NCEW oferece cursos de formação profissional aos trabalhadores.

- Nos dois primeiros anos, foram certificados cerca de 350 trabalhadores nos domínios das aplicações informáticas, eletricidade, electrónica, carpintaria, metalurgia, refrigeração e ar condicionado. Recentemente, o centro alterou o seu currículo de modo a que as competências sejam ministradas como um pacote de cursos e todos os formandos que se inscrevam num programa de formação de competências possam beneficiar de formação em saúde e segurança no trabalho e de formação básica em gestão.
- Para a terceira edição (2019-2020), o centro formou 175 trabalhadores em 7 sectores. Todos os cursos são classificados em grupos de módulos divididos em níveis, e cada competência é classificada em 3 níveis. Além disso, o NCEW concluiu a criação do Centro de Formação de Asmara (na região central), onde prestará formação nos sectores da hotelaria e da restauração. Está prevista a construção de um outro centro em Barentu (na região de Gash Barka).

Outras actividades

73. Fornecimento de equipamento e serviços de microcrédito no âmbito do programa Tokombiya: O NCEW, em colaboração com o SUKE (Grupo Suíço de Apoio à Eritreia), introduziu um regime de microcrédito e de poupança, bem como um programa de fornecimento de burros, tanques de água e bicicletas aos trabalhadores do distrito de Tokombiya, na zona de Gash Barka.
74. ***Covid-19*** : A maior parte dos esforços da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Eritreia (CNTE) após 2019 centrou-se na prevenção da propagação da COVID-19 no local de trabalho e na garantia da segurança dos trabalhadores contra os seus efeitos. O NCEW não se poupou a esforços para atenuar o impacto da pandemia nos trabalhadores e nas suas famílias em toda a Eritreia. A Comissão actuou muito rapidamente, em colaboração com parceiros locais e internacionais, para prestar ajuda de emergência, incluindo a distribuição de desinfetantes, máscaras e detergentes a vários locais de trabalho. Também produziu e distribuiu cartazes sobre os meios de prevenção e controlo recomendados pelo grupo de trabalho governamental e pelo Ministério da Saúde do Estado da Eritreia. Mais importante ainda, o NCEW aproveitou a oportunidade para promover o seu objetivo a longo prazo de estabelecer práticas de higiene adequadas no local de trabalho, produzindo e distribuindo lavatórios portáteis com pedal a empresas de todo o país.
75. ***Workshop no âmbito da Iniciativa do Centenário da OIT sobre o Futuro do Trabalho***: O workshop de dois dias coorganizado com o NCEW em Asmara, em 30 e 31 de maio de 2019, para assinalar o centenário da OIT, registou uma participação de alto nível das principais partes interessadas. O evento destacou as principais áreas de interesse e a necessidade de um maior reforço das capacidades e de uma maior dedicação ao futuro do trabalho. O seminário sublinhou igualmente a importância da formação e da aprendizagem ao longo da vida, apoiadas por tecnologias de ponta, para a cadeia de emprego de um trabalhador. De um modo geral, foi também referida a importância de uma paz e cooperação regionais viáveis para o desenvolvimento sustentável e para o benefício mútuo das nações. Foi salientada a posição e os esforços da Eritreia para criar uma dinâmica e uma cooperação regionais baseadas no interesse comum e na confiança mútua, bem como no respeito pela soberania e pelas opções políticas de cada país.

Relações e questões internacionais e regionais

76. Para assinalar o centenário da OIT, a Eritreia ratificou a Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho sobre as piores formas de trabalho infantil). O NCEW tem desempenhado um papel importante nestes esforços. A Eritreia ratificou as oito convenções fundamentais da OIT.
77. Durante o período em análise, a NCEW prosseguiu os seus esforços para estabelecer e manter boas relações de parceria e cooperação bilateral e regional com os sindicatos da

região. Em 2018, foi co-fundadora da Confederação dos Sindicatos do Corno de África (HACTU), que reúne confederações de oito países (Eritreia, Etiópia, Sudão, Sudão do Sul, Quênia, Djibuti, Uganda e Somália). A NCEW preside actualmente à HACTU. Nos últimos três anos, a NCEW também tem estado activa no âmbito da Organização da Unidade Sindical Africana.

78. Um dos destaques, a este respeito, foi a visita da Confederação dos Sindicatos da Etiópia (CETU) à Eritreia, de 1 a 5 de setembro de 2018. Uma delegação de 44 membros de alto nível passou 5 dias a visitar locais de trabalho e sítios de desenvolvimento em toda a Eritreia. Uma delegação de alto nível da Eritreia efectuou uma visita semelhante à Etiópia.
79. Círculos de estudo: o programa dos círculos de estudo (métodos inovadores de sensibilização) foi introduzido em colaboração com a OATU e a ACFTU, que desenvolvem actividades em círculos de estudo que reúnem vários trabalhadores nas seis zonas do país. O objetivo é criar círculos de estudo de 15 a 20 trabalhadores para os sensibilizar para os seus deveres e direitos, para a negociação colectiva, para os direitos das mulheres e para a saúde e segurança no trabalho. 2000 manuais impressos sobre o funcionamento dos círculos de estudo foram distribuídos aos vários grupos de círculos de estudo. A segunda fase deste programa teve início em fevereiro de 2018. O programa dos círculos de estudo conseguiu sensibilizar os trabalhadores das zonas-alvo, o que contribuiu para reduzir os conflitos sociais.
80. *Outras actividades conexas*
- Representantes do escritório regional e da sede da OIT realizaram uma visita de trabalho de 23 a 28 de julho de 2018 a vários locais na Eritreia, incluindo o local de extração mineira de Bisha, para verificar a potencial existência de qualquer forma de trabalho infantil ou forçado.
 - Os representantes do NCEW também participaram na 108.ª conferência da OIT, no 42.º congresso da Organização da Unidade Sindical Africana (OUSA) e no 4.º congresso da Confederação Sindical Internacional (CSI-África).
 - Estas relações bilaterais foram mantidas com outras uniões e organizações internacionais, tal como indicado no relatório inicial.

Organizações de pessoas com deficiência

81. Os pontos 342-357 e 360-365 do relatório inicial referem-se às organizações de pessoas com deficiência, que têm estado activas na promoção dos direitos das pessoas com deficiência. O país tem quatro associações de pessoas com deficiência:
- (i) a Associação Nacional dos Veteranos Deficientes da Eritreia (ENWDVA)
 - (ii) a Associação dos Cegos da Eritreia (ERNAB)
 - (iii) a Associação Nacional de Surdos da Eritreia (ERNAD) e

(iv) a Associação Nacional de Pessoas com Deficiência Intelectual ou Desenvolvimental (NAIDD).

82. Estas associações reforçaram o seu papel na promoção dos direitos das pessoas com deficiência. As organizações de pessoas com deficiência trabalham para defender os interesses das pessoas com deficiência e, com total independência, implementam as respectivas estratégias e programas de acordo com os objectivos e interesses da nação. Durante o período em análise, estas organizações prestaram apoio a 3 854 agregados familiares pobres de pessoas com deficiência, em especial através da promoção de actividades geradoras de rendimentos e do fornecimento de aparelhos de mobilidade, visuais e auditivos adequados para melhorar as condições de vida das crianças com deficiência. Apesar destes esforços, as pessoas com deficiência continuam a enfrentar enormes desafios.

(iii) Liberdade de circulação - Artigo 12º

83. No interior das fronteiras da Eritreia, não existem restrições à circulação dos cidadãos eritreus, excepto em determinados períodos, nomeadamente em aplicação das directivas relativas à COVID-19 e às medidas de confinamento, mas estas foram suprimidas.

84. Conforme declarado no relatório inicial, bem como nos esclarecimentos subsequentes em resposta às Observações da Comissão, todo eritreu tem o direito legal de retornar ao país sem quaisquer restrições. Cidadãos que deixaram o país ilegalmente por meio de traficantes de pessoas e contrabandistas, em violação às leis e procedimentos de imigração, foram perdoados. Esta medida foi tomada em consideração das parcelas de tráfico de seres humanos e da política de migração imposta à Eritreia para desviar a geração mais jovem do serviço nacional e dos esforços de desenvolvimento nacional no contexto de uma situação difícil de ameaças externas existenciais por quase duas décadas. Foram tomadas providências institucionais para que os titulares dos dados preencham o Formulário de Solicitação de Perdão (Formulário B.4) no nível das missões diplomáticas da Eritreia no exterior, e isso resolveu o problema.

Liberdade de participação nos assuntos públicos - Artigo 13

85. É feita referência ao Relatório Inicial no que diz respeito à participação do público. A Carta Nacional da PFDJ (Frente Popular pela Democracia e Justiça), como roteiro político, continua a orientar a visão e a prática da construção da nação, consolidando o vínculo povo-participação-poder, como um dos principais impulsionadores do processo político de construção da nação, contribuindo assim para o fortalecimento da participação pública em todos os aspectos da vida pública.

86. As tarefas e responsabilidades funcionais de orientação, monitorização, formação e desenvolvimento de recursos humanos são principalmente da responsabilidade dos ministérios relevantes. Além disso, as administrações regionais continuam a assumir responsabilidades pela governação e organização da implementação. As assembleias locais e regionais eleitas (estabelecidas pela Proclamação 86/1996) continuam a fornecer aos cidadãos e às comunidades mecanismos de controle e participação nos assuntos públicos. Além disso, as autoridades locais (eleitas) (em 2862 aldeias, 751 localidades) servem como instrumentos de boa governação, mas também como um quadro para garantir o exercício de direitos e responsabilidades em termos de participação nos assuntos públicos. Eles também incorporam o princípio da liberdade de participação nos assuntos públicos, conforme consagrado *no Artigo 13 da Carta Africana*.
87. Nesse sentido, a Eritreia continua a contar com ampla mobilização social, maior organização e capacitação suficiente, colocando a autonomia no centro da dinâmica da participação pública em todos os níveis. As diferentes organizações e associações, todas as categorias e todos os níveis, asseguram papéis e funções importantes a este respeito.

BI. DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS E DESENVOLVIMENTO

3.1. Breve Introdução

88. A promoção dos direitos económicos, sociais e culturais na Eritreia baseia-se nos princípios e objetivos fundamentais estabelecidos na Carta Nacional da PFDJ e, conseqüentemente, no Plano Nacional de Desenvolvimento da Eritreia. Durante o período em análise, o Programa de Desenvolvimento *Pós-Conflito de Warsay Yikealo* teve como objetivo acelerar o progresso socioeconómico e erradicar a pobreza num contexto desafiante marcado por ameaças existenciais externas. Além disso, foram feitos investimentos significativos para promover o progresso socioeconómico com foco em grupos e áreas vulneráveis, incluindo mulheres, crianças, pessoas com deficiência e comunidades rurais. Além disso, as iniciativas de alívio da pobreza (ver parágrafos 255-257, 273-275, 241-245 do Primeiro Relatório e Relatório Inicial) continuaram através do fortalecimento e expansão dos modelos de transformação agrícola, do plano agrícola mínimo integrado para as famílias, da transformação do cotidiano de assentamentos e aldeias isolados e do estabelecimento de programas de poupança e microcrédito para os pobres e outras pessoas vulneráveis.
89. A realização dos direitos culturais consagrados em todas as leis nacionais, na Carta Nacional, nos princípios macroeconómicos e em todos os outros instrumentos legais e institucionais, bem como nas práticas, foi fortalecida. Vários grupos culturais, folclóricos, artísticos, teatrais e literários de diferentes grupos étnicos intensificaram seus esforços nos níveis local, regional e nacional. Os festivais anuais têm sido realizados regularmente no país e nas comunidades da diáspora eritreia, a fim de preservar os valores nacionais como património cultural e garantir a sua transmissão à nova geração. Além disso, graças aos esforços políticos e

culturais do governo, a cidade de Asmara foi inscrita na Lista do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), por sua arquitetura futurista e modernista.

3.2. *Aumento de salários na função pública para melhorar as condições de vida*

90. Dado o lento crescimento da economia e em linha com os esforços para garantir um clima de estabilidade macroeconómica, foi implementado em 2017 um novo sistema de remuneração que prevê um aumento substancial dos salários na função pública. Aplicar este sistema aos membros do Serviço Nacional é um processo demorado, mas é uma prioridade. Esta iniciativa caracteriza-se essencialmente pelo seguinte:

- Durante duas décadas, os funcionários do governo receberam um salário nominal. Após a reforma monetária de 2015, o governo introduziu uma nova escala salarial após 20 anos de tempos difíceis marcados por um estado de guerra e sanções injustas, secretas e abertas impostas ao país. Naquele ano, 70% dos funcionários do serviço nacional e do serviço público viram seu salário aumentar e esse aumento continua para outros agentes.
- Esta nova medida pressionou os sistemas fiscal e monetário, mas teve um impacto positivo nas condições de vida da população. A medida, tomada para amenizar as dificuldades económicas do país, visa, além do aumento dos salários dos agentes estatais, aumentar a produtividade e contribuir para uma maior inovação. Além disso, um dos principais objetivos da decisão é garantir uma melhor distribuição da riqueza, especialmente para os agentes de menor remuneração. Dado que os aumentos salariais por si só não podem melhorar as condições de vida e o padrão de vida da população, o governo também tem trabalhado para garantir a disponibilidade de produtos básicos a preços justos e para implementar um mecanismo para controlar os preços no mercado.

3.3. *Direito ao trabalho* - Artigo 15

91. Todos têm o direito de trabalhar em condições justas e satisfatórias e de receber salário igual por trabalho igual. Como dito anteriormente, os sindicatos são registrados e os acordos coletivos são celebrados de acordo com a lei.

De acordo com seu compromisso com o trabalho decente, a criação de empregos e a justiça social, e com base na experiência adquirida nas últimas duas décadas, o Estado está implementando as seguintes medidas:

- A Proclamação do Trabalho nº 118/2001, atualmente em revisão, tem sido objeto de dois níveis de discussão tripartite, aguardando finalização no próximo terceiro nível de discussão.
- O processo de elaboração dos regulamentos relativos às agências de emprego privadas também está em fase final e o texto será em breve submetido à decisão.

92. Além disso, o governo é agora parte das oito Convenções da OIT, após a ratificação da Convenção nº 182 sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil (adesão em 2019), contribuindo assim para o objetivo de ratificação universal desta Convenção.

93. Como parte dos esforços para garantir uma administração do trabalho eficaz e eficiente, o Ministério do Trabalho e Proteção Social realizou um Inquérito às Forças de Trabalho em 2015/2016 para determinar claramente a estrutura da oferta de trabalho e os principais indicadores do mercado de trabalho. A tabela abaixo mostra o tamanho da força de trabalho para 2016-2019 e as taxas desagregadas por sexo e ano. A população em idade ativa aumentou de 1921000 em 2016 para 2084000 em 2019 e a taxa de absorção de mão-de-obra aumentou de 74,7% para 74,8%.

94. De acordo com a seção 143(1) da Proclamação do Trabalho, o Serviço de Inspeção do Trabalho monitora os locais de trabalho, monitora o cumprimento das disposições da Proclamação, aplica medidas corretivas e leva os infratores à justiça. Atualmente, 45 instituições e empresas possuem comitês de saúde e segurança do trabalho. As medidas de contenção da pandemia foram integradas nas regras de segurança e proteção da saúde no trabalho.

95. A NCEW trabalhou para o sucesso de acordos coletivos entre sindicatos e empregadores que são aplicáveis sob a Proclamação do Trabalho. Nesse sentido, todas as empresas que celebraram acordos coletivos respeitaram o princípio da igualdade de remuneração por trabalho de igual valor. Este princípio tem em conta as condições e práticas nacionais, bem como o artigo 102 (3) da Proclamação do Trabalho, e está consagrado em acordos coletivos. De acordo com documentos do Ministério do Trabalho, houve 136 acordos coletivos em 2016, mas estes foram reduzidos para 98 em 2019 e 2020.

96. As oportunidades de emprego são estendidas aos expatriados em caso de escassez de habilidades em certas profissões. Ao fazer isso, o governo incentiva a transferência de conhecimentos, habilidades e habilidades profissionais para funcionários locais que trabalham com expatriados. Apesar do confinamento da pandemia de COVID-19 e da proibição de viagens, o número total de expatriados na Eritreia em 2020 é de 463 (89 novas autorizações de trabalho e 374 renovações). Da mesma forma, em ocupações onde o mercado de trabalho não carece de capacidade, os cidadãos eritreus podem trabalhar no estrangeiro para adquirir competências e obter benefícios económicos (ver tabela abaixo).

Os requisitos do artigo 23 da Proclamação do Trabalho 118/2001 foram rigorosamente cumpridos e efetivamente monitorados durante o período de referência e não foi observada discriminação entre cidadãos e trabalhadores migrantes no local de trabalho.

Ano	M	F	Total
2017	2	86	88
2018	59	530	589
2019	65	503	568
2020	26	195	221
Média/Ano	38	329	367

Quadro 7: Dados sobre eritreus à procura de emprego no estrangeiro

97. A ênfase foi colocada no monitoramento do cumprimento da igualdade de oportunidades no emprego e na remuneração, na proibição do trabalho infantil, na garantia da saúde e segurança no local de trabalho, na manutenção de condições mínimas de trabalho, no direito de formar associações, na negociação coletiva, mas também na capacitação para a melhoria de habilidades. No entanto, esses requisitos trabalhistas são apenas padrões mínimos, e tanto o empregador quanto o empregado são incentivados a concordar com condições de trabalho mais favoráveis para o trabalhador. Neste sentido, as partes contratantes fixarão o valor do salário, que não poderá ser inferior ao salário mínimo fixado por convenção coletiva em qualquer empresa.

98. De acordo com as disposições pertinentes da Proclamação do Trabalho, o Serviço de Inspeção do Trabalho assegura a monitorização das condições de trabalho para garantir o cumprimento das condições mínimas de segurança, saúde e ambiente, bem como o fornecimento de equipamentos de proteção no local de trabalho. Durante o período do relatório, 35 inspetores treinados e qualificados estavam de plantão. Os empregadores que violaram os princípios e condições trabalhistas básicas foram levados à justiça, conforme mostrado na tabela abaixo. Poucas inspeções foram realizadas em 2020 devido ao confinamento da COVID-19 e estas cobriram apenas os três primeiros meses do ano.

Ano	Nº de estabelecimentos inspecionados	Constatações da inspeção			
		Condições atendidas	Instruções dadas	Advertência	Reportado à autoridade e judicial
2017	1.019	220	660	195	4
2018	1.304	119	137	124	1
2019	1.166	306	463	356	41
2020	536	153	147	86	150
Média/Ano	1.006	200	352	190	49
% Média/Ano		19.88	34.99	18.89	4.87

Quadro 8: Dados sobre inspeções do trabalho e medidas tomadas

99. O órgão tripartido do Conselho para as relações laborais desempenha um papel importante. É composto por dois representantes dos trabalhadores, dois representantes dos empregadores e dois representantes do governo e abrange as seis regiões administrativas. Os tribunais (os tribunais trabalhistas de primeira instância e o Conselho Tripartite de Relações Trabalhistas), que compreendem os tribunais ordinários, continuam a lidar de forma independente com casos trabalhistas. A situação relativa à resolução de litígios laborais durante o período do relatório é apresentada na tabela abaixo. Também está em andamento a criação de um Conselho Consultivo Trabalhista.

Ano	Solução de conflitos trabalhistas por meios e resultados legais					Total
	Definido por Conciliação	Conciliação não aceite	Definido por Decisões	Contenciosos Rejeitados	Designação efectuado	
2017	3 013	169	71	15	27	3 646
2018	1 891	80	99	8	34	2 228
2019	3 013	177	73	17	28	3 675
2020	781	82	-	8	34	994
Média/Ano	2 175	127	61	12	31	2.636

100. A actualização da Proclamação do Trabalho 8/1991 de 1991, refletida na Proclamação 118/2001, esclarece e consolida o direito à organização e ao estabelecimento de convenções coletivas no local de trabalho. Nos termos da Proclamação Trabalhista 118/2001. Em 2017, foram 154 sindicatos com 19.123 associados. O número de membros do sexo feminino aumentou para 42,75% em 2020. A situação geral é apresentada na tabela abaixo:-

Número de sindicatos de base por número de trabalhadores por sexo				
Ano	Homens	Mulheres	Total	Nº de sindicatos
2017	10 960	8 163	19 123	154
2018	11 868	8 470	20 338	155
2019	12 028	8 611	20 639	159
2020	11 375	8 495	19 870	156
Média/ano	11 558	8 435	19 993	156

Quadro 10: Número de sindicatos de base por número de trabalhadores por sexo

101. Os sindicatos têm o direito de estabelecer seus próprios acordos coletivos, negociando com os empregadores e renovando-os anualmente, se necessário.

Nº de Acordos Coletivos Cadastrados/Nº de Trabalhadores				
Ano	Homens	Mulheres	Total	Nº total de Acordos colectivos
2017	9 400	6 600	(16) 000	95
2018	9 442	6 672	16 114	96
2019	10 498	7 096	17 594	98
2020	10 499	7 099	17 598	98
Média/Ano	9 960	6 867	16 827	97

Tabela 11 - Dados da concordância coletiva por número de trabalhadores

102. Os sindicatos têm trabalhado para implementar e reforçar as disposições do artigo 90.º da Proclamação do Trabalho n.º 118/2001. As autoridades públicas abstiveram-se de qualquer interferência susceptível de restringir ou impedir o exercício legal dos direitos fundamentais. Nenhum sindicato foi dissolvido ou suspenso por qualquer autoridade ou decisão administrativa. O governo consulta regularmente os seus parceiros sociais e mantém um diálogo social com eles sobre as principais questões de política, implementação e progresso, particularmente no contexto da revisão da legislação laboral e da implementação de políticas laborais. Em um esforço para fortalecer esse diálogo social, o Ministério do Trabalho e Proteção Social está atualmente desenvolvendo diretrizes para criar um conselho consultivo composto por representantes do governo, empregadores e trabalhadores.

103. A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Eritreia (NCEW) é a organização guarda-chuva dos sindicatos eritreus organizados em cinco federações (*veja detalhes na seção sobre liberdade de associação e reunião*). A visão do NCEW, liderando o movimento sindical, é contribuir para a criação de uma força de trabalho altamente disciplinada, organizada, educada e qualificada, mas também para promover condições de trabalho e de vida dignas na Eritreia.

3.4. Estratégia do Sector Social: Garantias e Direitos Fundamentais

3.4.1. Direito à segurança alimentar e nutricional

104. É feita referência aos parágrafos 88-139 do relatório inicial sobre segurança alimentar e nutricional. Continuou a ser uma das principais prioridades nacionais e a pedra angular dos esforços da Eritreia para promover o crescimento económico sustentável e erradicar a pobreza no país. Alcançar a segurança alimentar e nutricional a nível nacional e familiar continuou a ser um objetivo fundamental durante o período do relatório. Foram tomadas as seguintes medidas pragmáticas:

- O Ministério da Agricultura continuou sua política de transformar o sistema agrícola tradicional em agricultura comercial moderna, ao mesmo tempo em que desenvolveu uma

economia de mercado apoiada por uma gama completa de serviços prestados pelo governo, incluindo atividades de pesquisa e extensão, serviços de consultoria e regulamentação, treinamento e educação.

- A conservação do solo e da água permaneceu uma medida obrigatória e essencial para manter a saúde e a fertilidade do solo, levando aos seguintes resultados importantes:
 - Até agora, muitas infraestruturas de armazenamento de água foram construídas em todo o país: 9 barragens estratégicas, 3 grandes barragens, 747 micro barragens, 206 barragens médias e 7 projetos de desvio nas regiões Norte do Mar Vermelho, Gash Barka e Sul.
 - Actualmente, 60.030 hectares de terra são irrigados (o potencial de terras irrigáveis é de cerca de 600.000 hectares), incluindo 23.400 hectares por espalhamento, 32.500 hectares por calhas, 1.450 hectares por gotejamento e 2.680 hectares por aspersão.
 - 374.895 hectares de cercamentos, 51.000 hectares de florestas protegidas e 165.231 terras agrícolas foram tratadas para conservar o solo e a água e melhorar a cobertura vegetal. Nesse sentido, foram consolidadas intervenções estratégicas com foco em lavouras, laticínios, apicultura, aves e carnes para tornar os alimentos disponíveis, acessíveis e acessíveis.
- Nesse contexto, a estratégia nacional de segurança alimentar e nutricional, que promove a segurança alimentar e nutricional e o direito à alimentação, foi fortalecida e ampliada durante o período do relatório, com foco em dois pilares, a saber, o fortalecimento da capacidade de produção doméstica nos setores agrícola e pesqueiro e o fortalecimento da produtividade nacional.

(i) *Reforço da capacidade de produção interna nos setores da agricultura e das pescas*

105. Em 2020, a área cultivada com cereais atingiu 500.091 hectares (37% da terra foi arada com tratores e 63% por meios tradicionais). *A proporção de áreas semeadas para cereais, leguminosas e oleaginosas ainda é de 90%, 6% e 4%, respectivamente. A meta, no entanto, é atingir proporções de 50%, 25% e 25%, e esforços continuam sendo feitos para fechar as lacunas. Nesse sentido, continuou a distribuição de sementes melhoradas pelo Ministério da Agricultura.*
106. A produção agrícola atingiu 312.786 toneladas em 2020. No período considerado, a produção média anual foi de 278.605,5 toneladas (de uma área média de 448.087 hectares). As más colheitas registradas em 2017 foram devidas a chuvas fracas e irregulares; a razão para o rendimento ligeiramente menor em 2020 é que as chuvas começaram no final de julho e foram torrenciais. Durante o mesmo período, uma média anual de 276.540,8 toneladas de hortaliças (de uma área média de 18.915 ha de terra por ano) e 89.578 toneladas de hortaliças

(de uma área média de 4.902 ha por ano) foram produzidas em todo o país. A produção de hortaliças e frutas atingiu 225.490 e 94.479 toneladas, respectivamente, em 2020 e a área coberta aumentou.

107. Os consumidores beneficiaram do acesso a legumes e frutas no mercado durante todo o ano e a disponibilidade de citrinos, tomates e batatas aumentou acentuadamente. Em média, o agricultor comum era capaz de produzir 150 quintais de batata e 350 quintais de tomate por hectare. O consumo anual de vegetais e frutas per capita é de 64 kg e 27 kg, respectivamente (*as ingestões recomendadas pela FAO são de 43,8 kg e 36,5 kg, respectivamente*). Para estimular a produção, mudas de árvores frutíferas foram multiplicadas e distribuídas aos agricultores. Além disso, resultados encorajadores foram obtidos com a introdução de mudas de árvores frutíferas temperadas (macieiras, pessegueiros, oliveiras). O cultivo de tamareiras também produziu resultados promissores ao longo da costa do Mar Vermelho.
108. Colmeias e equipamentos acessórios foram distribuídos e treinamentos de apicultura foram ministrados aos agricultores, a fim de aumentar a produção de mel e atingir uma média de 2.970 quintais por ano. Se a disponibilidade e a acessibilidade do mel no mercado melhorarem, serão feitos esforços para aumentar sua produção e evitar flutuações devido principalmente às más condições climáticas. No entanto, a quantidade de mel coletada em 2020 aumentou 75% em relação ao ano anterior.
109. A produção de aves foi outra área para a qual foi dada atenção considerável e, durante o período do relatório, uma média de 193.546 pintos de quintal de um dia foram produzidos e distribuídos a 7.742 famílias a cada ano. 5256 famílias chefiadas por fêmeas receberam 25 pintos cada em 2020.
110. No campo da produção leiteira, o número de vacas leiteiras criadas intensivamente aumentou para 20.560 em 2020. Ao mesmo tempo, houve um aumento no processamento de produtos lácteos, em áreas dedicadas a culturas forrageiras, mas também no uso de máquinas de laticínios. Como resultado, em 2020, a produção de leite atingiu 11.787.137 litros e 12 empresas de processamento de laticínios de pequeno ou grande porte estavam ativas lá. A área dedicada às culturas forrageiras aumentou. Equipamentos de laticínios, ou seja, máquinas de ordenha portáteis, latas de leite de qualidade alimentar, batedeiras de manteiga, etc. foram introduzidos e distribuídos aos produtores de leite. No período coberto pelo relatório, o número médio de vacas leiteiras por ano atingiu 22.538, produzindo uma média de 15.729.104 litros de leite por ano.
111. A produção de carne também melhorou. Atividades de desenvolvimento de pecuária e pastagens, como demarcação de recintos, desenvolvimento de pontos de água e micro-barragens, importação e distribuição de sementes forrageiras de maior qualidade para incentivar o assentamento permanente (pastagem zero) ou a ressemeadura, foram realizadas para melhorar a produtividade das pastagens e da pecuária. Além disso, estão em andamento

esforços para aumentar a disponibilidade de carne saudável e acessível a partir de fontes de carne não convencionais, como carne de porco e coelhos. Assim, em 2020, cerca de 671 suínos e 171 coelhos foram vendidos aos consumidores e para reprodução, respectivamente.

(ii) Desenvolvimento e fortalecimento da capacidade institucional

112. Além das conquistas acima, o Ministério da Agricultura alcançou resultados funcionais e técnicos por meio de seus diversos departamentos e serviços, bem como de suas demais estruturas. Os destaques dessas conquistas são os seguintes:

- O Instituto Nacional de Pesquisa Agropecuária (NARI) realizou uma extensa pesquisa adaptativa em todas as zonas agroecológicas, e diferentes variedades melhoradas de cereais, frutas e hortaliças foram desenvolvidas e distribuídas. A pesquisa foi realizada em recursos de ração animal, um laboratório de cultura de tecidos foi estabelecido e estudos e pesquisas de solo foram realizados.
- O Departamento de Extensão Agrícola (DEA), em colaboração com a NARI e outras agências regionais e internacionais de agro-tecnologia, realizou um trabalho intensivo para sensibilizar os agricultores e introduzir novas tecnologias agrícolas. Este trabalho serviu de ponte entre a pesquisa e os agricultores. Os serviços de extensão foram reforçados através da implantação de 75% dos diplomados de institutos agrícolas em localidades administrativas, formação de formadores orientados para agentes de extensão, produção de materiais de formação, fornecimento de insumos agrícolas e milhares de kits de tecnologia (MIHAP, BEEKEEPING, etc.) para estimular a produção, mas também para garantir o monitoramento e controle de pragas migratórias (gafanhotos do deserto, lagarta-do-cartucho, brucelose, Queala queala, etc.)
- Vacinação obrigatória contra as principais doenças infecciosas, como varíola ovina, dermatose nodular, peste de pequenos ruminantes (PPR), febre aftosa, tuberculose e brucelose, raiva, doenças de aves, etc. Assim, mais de 2,7 milhões de ruminantes, aves, equídeos, caninos e felinos foram vacinados contra várias doenças em 2020.
- Além disso, a EDA, em colaboração com a NAPHL, realizou testes para brucelose e tuberculose para evitar a disseminação dessas duas doenças zoonóticas aos consumidores.
- Também está trabalhando com parceiros regionais para erradicar a PPR, uma doença altamente infecciosa e mortal para pequenos ruminantes.
- A Diretoria de Regulação (RSD) também forneceu serviços regulatórios, desenvolveu e promulgou normas e regulamentos internacionalmente reconhecidos, garantiu a proteção e o controle de pesticidas obsoletos, desenvolveu e promulgou leis relativas a padrões de quarentena, silvicultura, vida selvagem e alimentos. Uma NAPHL totalmente operacional foi estabelecida com uma variedade de equipamentos e instrumentos tecnologicamente avançados para diagnóstico, teste e produção de vacinas.

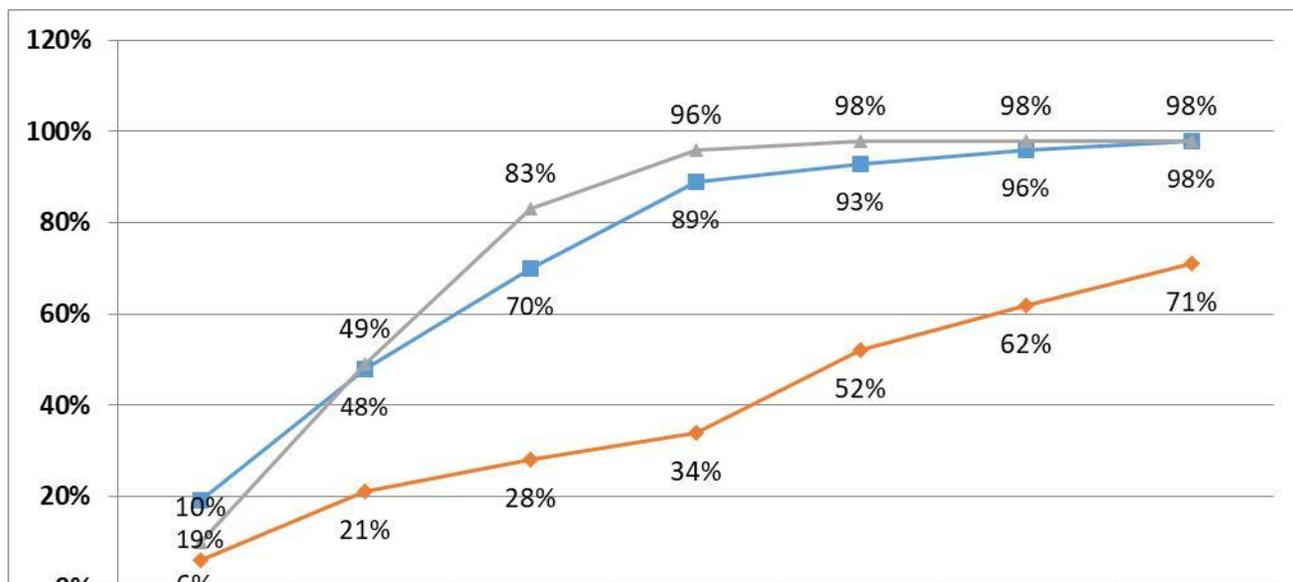
3.4.2. Direito à saúde (e cuidados) - Artigo 16

(i) *Consolidação de políticas e medidas pragmáticas iniciadas*

113. É feita referência aos parágrafos 140-143-157 do Relatório Inicial e ao Artigo 16 da Carta Africana. Na Eritreia, a prestação de cuidados de saúde gratuitos ou simbólicos, a todos os níveis, a qualquer pessoa que apresente um certificado de indigência emitido pelo governo local, continuou durante o período 2017-2020. O Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento da Saúde (HASID) para o período 2017 - 2021 fornece orientação política e estratégica e, com base nisso, todos os programas de saúde (como saúde da família e da comunidade, controle de doenças transmissíveis, controle de doenças não transmissíveis, etc.), bem como os departamentos regionais, desenvolveram seus próprios planos estratégicos quinquenais e planos operacionais anuais.
114. A ênfase continuou a ser colocada nas doenças transmissíveis, ao mesmo tempo em que fortalecia a luta contra doenças e lesões não transmissíveis. O saneamento ambiental (incluindo a construção de latrinas em comunidades rurais), o aumento da entrega de instalações de saúde e a continuidade dos serviços durante a pandemia de COVID-19 continuaram sendo metas prioritárias. A Política Nacional de Saúde (PNH) de 2020, que substituiu a PNH de 2010, foi desenvolvida tendo em conta o contexto de saúde nacional, regional e global em mudança e alinha-se com o compromisso do país de maximizar a saúde e o bem-estar de todos os eritreus e residentes eritreus em todas as idades, bem como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Além disso, a Política Nacional de Saúde (2020) continuará a orientar o país no fortalecimento de seus sistemas de saúde para alcançar a Cobertura Universal de Saúde (cus) e o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável em Saúde (ODS-3). Ao fazê-lo, renova o compromisso do governo com a atenção primária à saúde (APS) como direção e estratégia abrangente de sua política de saúde.

(ii) *Melhorar a prestação de serviços de saúde*

Figura 12: Cobertura de imunização (DPT3/MCV1), pelo menos uma consulta pré-natal (ANC), partos em unidades de saúde (HFD), 1991-2019



115. Graças a esforços conjuntos para fortalecer os serviços de saúde, construindo instalações de saúde e equipando-as com o equipamento necessário e pessoal qualificado, o acesso aos cuidados de saúde num raio de menos de 10 km aumentou de 46% em 1991 para 80% em 2020. Atualmente, mais de 60% da população vive a menos de 5 km de uma unidade de saúde. A este respeito, tem havido sucessos notáveis na prestação de serviços:

- A taxa de cobertura por pelo menos 1 consulta pré-natal aumentou gradualmente de 19% em 1991 para 96% em 2017 e para 98% em 2019.
- 64% das mães de crianças de 0 a 11 meses receberam 4 ou mais ANC's.
- A taxa de partos médicos (partos em estabelecimento de saúde) aumentou doze vezes, passando de quase inexistente (6% em 1991), para 62% em 2017 e 71% em 2019;
- A cobertura vacinal aumentou de 10% para seis antígenos em 1991 para quase universal (98%) em 2013 e esse alto nível foi mantido para 12 antígenos, incluindo a 3ª dose das vacinas pentavalente, pneumocócica conjugada, sarampo e rubéola, etc.

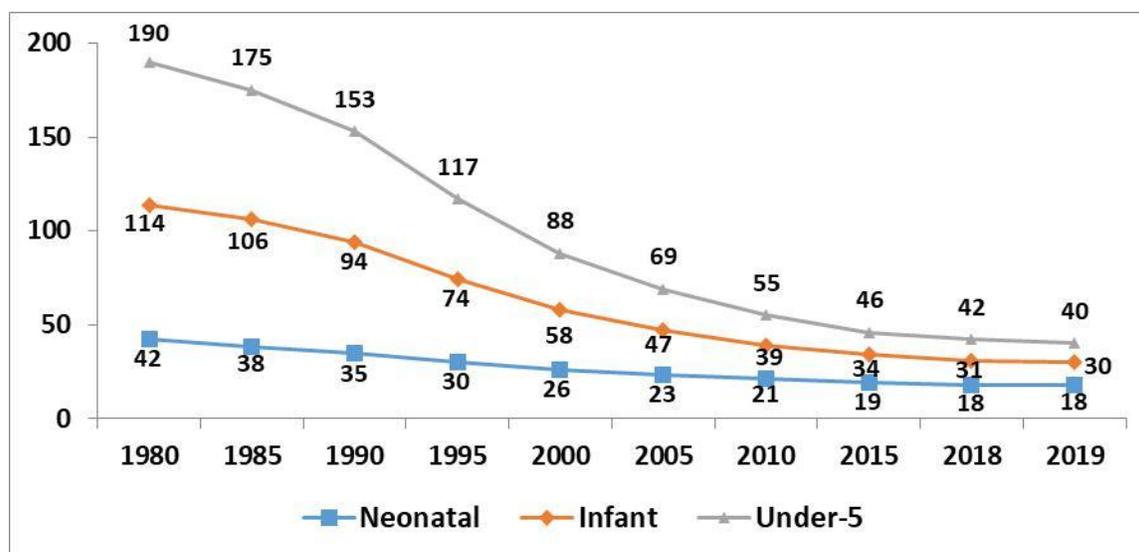
(iii) Realizações concretas em segurança sanitária

116. A expectativa de vida ao nascer aumentou significativamente, de 48 anos em 1991 para 66 anos em 2018. No período em análise, aumentou de 65,5 anos em 2017 para 67 anos em 2020.

A incidência, prevalência e mortalidade por doenças transmissíveis, incluindo HIV, tuberculose e malária, diminuíram. A taxa de incidência de malária diminuiu acentuadamente de 157/1000 habitantes/ano em 1998 para cerca de 10 em 2018, enquanto a mortalidade relacionada à malária também diminuiu de 0,186 por 1000 habitantes em 1998 para 0,0015 em 2018. O número de mortes por malária caiu drasticamente de 405 em 1998 para 5 em 2018. A baixa taxa de novas infecções (incidência) e mortalidade permanece. O declínio da taxa de incidência de malária nos últimos 20 anos em nível nacional tem sido observado nas seis regiões do país, mas com grandes variações entre e dentro das diferentes regiões, de zero por 1000 habitantes/ano para 33,1/1000 habitantes/ano. Taxas de incidência abaixo de 5 por 1000 habitantes/ano, atendendo aos critérios de eliminação, foram recentemente relatadas nas terras altas centrais e planícies orientais do país.

117. Desde 2011, a prevalência do HIV parou em um nível baixo, em menos de 1%. De acordo com a modelagem do SPECTRUM 2019, a prevalência geral estimada do HIV em adultos diminuiu de um pico de 1,6% em 1996 para 0,60% no final de 2019. A prevalência do HIV na população adulta diminuiu de 0,72% em 2017 para 0,6% em 2019.
118. Com base nos métodos de modelagem e estimativa da OMS, a incidência de TB diminuiu acentuadamente de 484 em 1990 para 86 por 100.000 habitantes em 2018. De acordo com os métodos de estimativa da OMS, a taxa de mortalidade por TB (excluindo mortes por TB e HIV) diminuiu constantemente de 36 por 100.000 habitantes em 2001 para 16 por 100.000 habitantes em 2019, com um declínio médio anual de 6,9%.
119. A taxa de mortalidade de menores de cinco anos foi reduzida em 74%, de 153 por 1.000 nascidos vivos em 1991 para 40 em 2019. A taxa de mortalidade infantil caiu 68%, de 94 mortes por 1.000 nascidos vivos em 1991 para 30 em 2019; a taxa de mortalidade neonatal caiu 49%, de 35 por 1.000 nascidos vivos em 1991 para 18 em 2019. A taxa de mortalidade de menores de cinco anos foi reduzida de 43 por 1.000 nascidos vivos em 2017 para 40 em 2019. A taxa de mortalidade infantil aumentou de 32 mortes por 1.000 nascidos vivos em 2017 para 30 em 2019; a taxa de mortalidade neonatal aumentou de 19 por 1.000 nascidos vivos em 2017 para 18 em 2019.

Figura 13: Tendências na mortalidade neonatal, infantil e de menores de cinco anos



120. De acordo com estimativas do Ministério da Saúde, a taxa de mortalidade materna diminuiu de 998 por 100.000 nascidos vivos em 1990 (EDHS, 1995) para 484 em 2007 (EPHS, 2010) e para 184 por 100.000 nascidos vivos em 2019 (Ministério da Saúde,

estimativa). No entanto, de acordo com o United Nations Interagency Maternal Mortality Estimation Group (MMEIG), a razão de mortalidade materna aumentou de 1.590 por 100.000 nascidos vivos em 1990 para 480 em 2017. Portanto, a estimativa da RMM da ONU de 2017 (480 por 100.000 nascidos vivos) é 2,6 vezes maior do que a estimativa do governo de 2019 (Ministério da Saúde) (184 por 100.000 nascidos vivos).

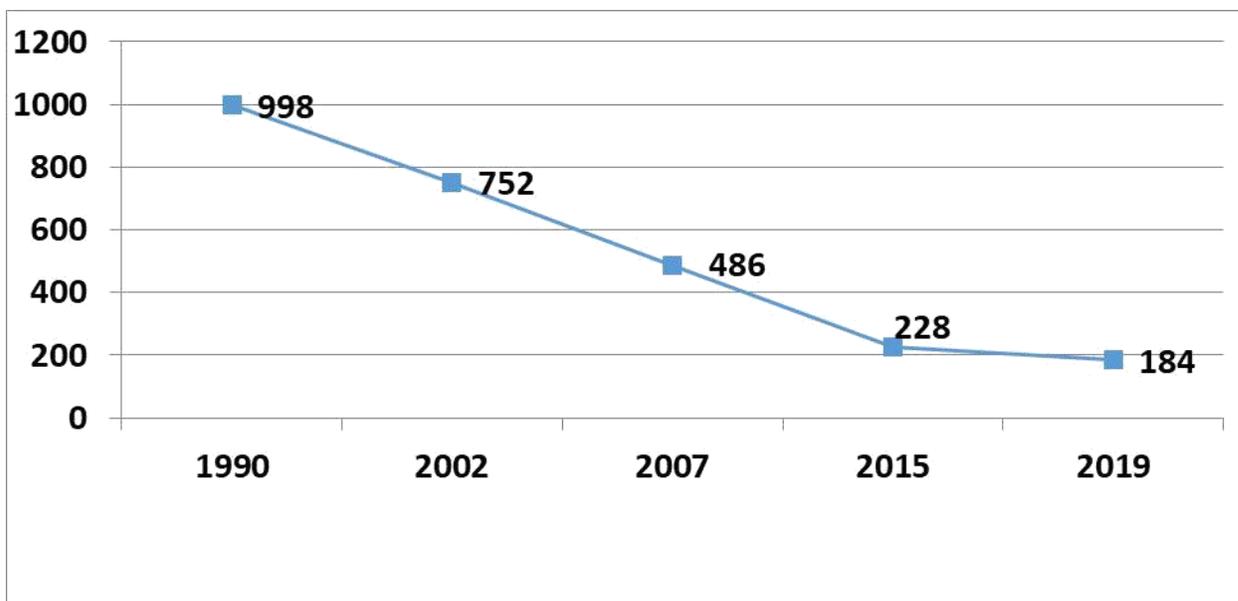


Figura 14: Evolução da taxa de mortalidade materna por 100.000 nados vivos

121. A Pesquisa de Saúde e População da Eritreia (EDHS) de 1995 descobriu que a MGF era uma prática quase universal no país, com 95% das mulheres na faixa etária de 15 a 49 anos tendo sido submetidas a ela. Esse número caiu para 89% em 2002 e 83% em 2010. Dados dos estudos de mapeamento realizados em 2016 e 2018 mostram que a prática da MGF entre as meninas diminuiu ainda mais, chegando a 3,8% entre as meninas menores de 15 anos. A prevalência diminuiu significativamente, de 9,5% entre as meninas de 10 a 14 anos para 3,3% na faixa etária de 5 a 9 anos e apenas 1,1% entre as meninas menores de cinco anos.
122. O Instituto Nacional de Estatísticas (NSO) estima que o percentual de adolescentes casados na faixa etária de 15 a 19 anos seja de 1,2% entre os homens e 16,9% entre as mulheres em 2018. As gravidezes precoces não são comuns na Eritreia, com a maioria das mulheres a tornarem-se mães após os 20 anos de idade. O Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (desa) estima 6% (6 nascimentos por 100 mulheres de 15 a 49 anos) a porcentagem de nascimentos entre mulheres com menos de 20 anos, para os anos de 2015 a 2020. O Governo da Eritreia, através do Ministério do Trabalho e Bem-Estar Social, do Ministério da Saúde, da União Nacional das Mulheres da Eritreia e de outras partes interessadas, está a trabalhar para acabar com o casamento precoce e a mutilação genital feminina.
123. O Plano Estratégico Nacional 2020-2024, que visa garantir os direitos das mulheres e crianças e erradicar a mutilação genital feminina, o casamento precoce e outras práticas tradicionais prejudiciais, foi desenvolvido. Além disso, foi desenvolvido um manual nacional sobre a proteção dos direitos das mulheres e das crianças e a eliminação de práticas tradicionais prejudiciais (como a MGF, o casamento precoce, a discriminação de género e outras práticas tradicionais prejudiciais), bem como modelos de relatórios a nível regional e

sub-regional. Com base em estudos anteriores semelhantes, o Ministério da Saúde, o Ministério do Trabalho e Proteção Social e o Sindicato Nacional das Mulheres da Eritreia realizaram um estudo de mapeamento das comunidades afetadas pela MGF em 2020. A prevalência de circuncisão feminina entre as meninas menores de 15 anos e menores de cinco anos foi de 2,3% e 0,54%, respectivamente, enquanto a prevalência correspondente de acordo com o EDHS 2010 foi de 33,2% e 12%.

124. Para combater as principais doenças não transmissíveis (DCNT), nomeadamente doenças cardiovasculares, diabetes, cancro e doenças respiratórias crónicas, a Eritreia desenvolveu uma política e um plano estratégico quinquenal. Este plano visa reduzir os factores de risco para doenças crónicas. Além das atividades de prevenção do CDNM, o foco está no diagnóstico e tratamento de doenças crónicas. Em 2019, a Eritreia implementou 251 moedas NCD, superando sua meta de médio prazo de 130 e garantindo que as unidades de saúde em cada *Zoba* possam fornecer triagem de doenças crónicas e serviços de apoio relacionados. Em 2020, o número de moedas NCD aumentou para 351. Em 2019, a Eritreia realizou uma pesquisa rápida sobre cegueira evitável, que constatou que 6,7% da população sofria de cegueira e 9,4% de deficiência visual grave.

125. A Eritreia fez progressos significativos na melhoria do saneamento e da higiene. Para avaliar a situação, foi realizada uma análise de gargalo de Água, Saneamento e Higiene (WASH-BAT). Várias reformas foram implementadas com base nessa análise, que orientaram o desenvolvimento de uma estratégia única para água, saneamento e higiene e um plano único de investimento em água, saneamento e higiene para o período 2019-2030. Além disso, a apropriação local das intervenções de higiene e saneamento foi reforçada através do desenvolvimento de um Roteiro para Acabar com a Defecação a Céu Aberto na Eritreia. O plano baseia-se numa abordagem de saneamento total liderada pela comunidade (CLTS) para acabar com a defecação a céu aberto. Das 2837 aldeias da Eritreia, 1311 (40%) estavam livres de defecação a céu aberto em 2019, em comparação com 21% em 2016, um sucesso notável no esforço para melhorar o saneamento nas áreas rurais.

126. Para reforçar ainda mais a preparação para emergências, a Eritreia desenvolveu vários programas de segurança sanitária, formação e ferramentas. Estes incluem o desenvolvimento do Plano de Ação Nacional sobre Resistência Antimicrobiana (RAM), diretrizes sobre preparação para desastres e uma avaliação e mapeamento do risco de meningite em 2017. Na sequência dos resultados da avaliação do risco de meningite, a Eritreia realizou um programa de vacinação em massa contra a meningite para crianças de 1 a 3 anos, demonstrando o compromisso do país em usar os dados para informar a conceção do programa.

(iv) Segurança sanitária e perspectivas futuras

127. Com base na avaliação realizada, os serviços de saúde estão sendo redesenhados como parte do Plano Nacional de Saúde 2020, a fim de oferecer uma estrutura mais resiliente que leve em

conta a evolução do meio ambiente e que permita à população eritreia desfrutar do melhor estado de saúde que pode ser alcançado. Melhorar a segurança da saúde e alcançar a cobertura universal de saúde (UHC) com os serviços essenciais necessários são agora as duas prioridades do país. A Política Nacional de Saúde 2020 (PNH-2020) deverá abranger a próxima década (2021-2030). Tendo em vista:

- responder aos crescentes pedidos de fortalecimento dos sistemas de saúde e renovação da atenção primária à saúde (APS): cobertura universal de saúde (cus), atendimento centrado nas pessoas, segurança da saúde e maior foco na saúde pública e na saúde em todas as políticas;
- orientar e direcionar todas as ações a serem realizadas no setor da saúde;
- ir além dos limites dos sistemas de saúde, para abordar os determinantes sociais da saúde e a interação entre o setor de saúde e outros setores sociais; e
- abordar a necessidade urgente de construir um sistema de saúde resiliente e desenvolver capacidades na área da segurança sanitária, bem como o sistema de preparação e resposta a emergências.

3.4.3. *Direito à educação - Artigo 17*

Expansão das oportunidades educacionais

(i) Aumento das taxas de matrícula

128. A matrícula nos sistemas de educação pré-escolar e formal em todos os níveis até o ensino médio atingiu 670.174 alunos (54,03% meninos e 45,97% meninas), um aumento de 5,3% (5,2% meninos e 6,1% meninas) em relação ao ano de 2016-2017 (ver tabela abaixo). O ensino fundamental responde por 53,2% do total de matrículas na rede de ensino (54,5% em 2016/17). Apesar desse progresso, aproximadamente 17% das crianças em idade escolar primária ainda estão fora da escola. Além disso, houve aumentos significativos em pré-escolas e escolas de ensino médio.

Nível	2016/17			2019/20			% de aumento		
	T	M	F	T	M	F	T	M	F
Pré-escola	44 898	23 196	21 702	(50) 958	26 244	24 714	13.5	6.54	13.9
Elementar	347 009	90 231	56 778	356 252	94 948	161 304	2.7	2.5	2.9
Médio	158 123	85 628	72 495	175 581	94 712	80 869	11.0	10.6	11.6
Secundário	86 621	45 387	41 234	87 383	46 203	43 180	0.9	1.8	4.7
Total	636 651	344 442	292 209	670 174	362 107	310 067	5.32	5.1	6.1

Tabela 15 - Dados reais de crescimento

129. *Lazer, recreação e atividades culturais* são parte integrante do sistema nacional de educação da Eritreia. A educação física é oferecida em todos os níveis. As competições desportivas, jogos e atividades culturais são institucionalizadas a nível nacional, regional, sub-regional e escolar. Em cada escola, é nomeado um delegado de saúde, responsável pelo controlo da saúde dos alunos. Presta primeiros socorros aos estudantes que sofrem de

doenças ligeiras. Por outro lado, as pessoas com problemas de saúde graves são encaminhadas para dispensários e hospitais para tratamento posterior.

(ii) Aumento do investimento nos professores e nas escolas

130. Os progressos acima referidos exigiram um investimento significativo, nomeadamente nos professores e nas escolas. O número de professores aumentou 7,7% (6% homens e 10,4% mulheres). Do mesmo modo, o número total de escolas aumentou 12,42%. Ao mesmo tempo, o número de escolas a nível nacional aumentou 12,42%. O número de estabelecimentos de ensino pré-escolar, em particular, registou um forte aumento (25,38%). Globalmente, o número de escolas registou um forte aumento, nomeadamente ao nível do ensino pré-escolar (25,38%) e do ensino básico/médio (19,26%), o que reflecte a elevada prioridade dada ao investimento no ensino básico.

Quadro 16: Número de professores e % de aumento nos diferentes níveis

Nível	2016/17			2019/20			% do aumento		
	T	M	F	T	M	F	T	M	F
Pré-escola	1 541	38	1503	1 789	67	1 722	16.1	76.3	14.6
Elementar	8 842	5 424	3 418	9 110	5 602	3 508	3.0	3.3	2.6
Médio	3 920	3 068	852	4 643	3 530	1 113	18.4	15.1	30.6
Secundário	2 547	1 956	591	2 599	1 919	680	2.0	1.9	15.1
Total	16 850	10 486	6 364	18 141	11 118	7 023	7.7	6.0	10.4

Quadro 17: Número de escolas em diferentes níveis

Nível	2016/17	2019/20	% do aumento
Pré-escola	524	657	25.38
Elementar	970	1 039	7.11
Médio	371	416	12.13
Secundário	108	106	1.85
Total	1 973	2 218	12.42

(iii) Prioridade ao investimento na primeira infância

131. O total de matrículas no ensino pré-escolar (pré-primário) para o ano letivo de 2019-2020 foi de 50 985 alunos e aumentou 13,5 % durante o período em análise (6,54 % para os rapazes e 13,9 % para as raparigas), com as crianças rurais a representarem 46,95 % do total. Durante o mesmo período, as matrículas no ensino pré-escolar aumentaram 15,9% nas zonas rurais, em comparação com cerca de 1% nas zonas urbanas. De um modo geral, tendo em conta as projecções demográficas, a oferta de educação pré-escolar é muito reduzida, pelo que é necessário proceder a uma avaliação mais aprofundada e encontrar uma abordagem

viável para ajudar a reduzir este défice. Uma abordagem transitória notável é a integração de centros de educação infantil nas escolas primárias.

(iv) O ensino da língua materna como um direito fundamental

132. O direito ao ensino básico foi consolidado com a introdução do ensino da língua materna (as 9 línguas étnicas da Eritreia). Em comparação com o ano letivo de 2016/2017, registou-se um aumento de 7,11% no número de escolas que ministram o ensino na língua materna das crianças durante o período em análise. Para o ano letivo de 2019/2020, o número de escolas aumentou para 1060 (de 993 no ano letivo de 2016/17) e reflecte a composição demográfica mais ampla e a distribuição geográfica da população. Consequentemente, o número total de inscrições aumentou 2,7% (2,5% para os rapazes e 2,9% para as raparigas) - ver quadro abaixo.

Ano	Língua	Afar	Árabe	Bilen	Bdawyet	Kunama	Nara	Saho	Tigre	Tigrigna	Total
2016/17	Escola	61	81	31	5	28	20	56	210	501	993
	Aluno	5 456	30 509	6 639	137	4 468	3 340	7 206	47 697	240 451	345 903
2019/20	Escola	65	82	32	6	32	21	57	237	528	1060
	Aluno	5818	31324	6934	426	6463	4521	7972	53451	238699	355608

Quadro 18: Número de escolas de língua materna e níveis de matrícula

(v) Oportunidades de formação contínua nos níveis médio e secundário

133. A taxa de escolaridade média/intermédia aumentou 11% (11,6% para as raparigas) durante o período, criando uma base sólida para um ensino básico de sete anos. Durante o mesmo período, foram envidados esforços sustentados para alargar o acesso ao ensino secundário. A este respeito, as medidas destinadas a criar novas escolas secundárias nas zonas rurais, em especial para grupos difíceis de alcançar, têm sido ativamente prosseguidas pelo governo. Em particular, isto deu mais oportunidades às raparigas. As matrículas no ensino secundário aumentaram 0,9% entre 2016/17 e 2019/20, passando para 87987 alunos (51,66% rapazes 48,34% raparigas), com o GER e o NER a aumentarem ligeiramente tanto para os rapazes como para as raparigas. A taxa de matrícula das raparigas também aumentou, atingindo 4,7% em 2019/20, em comparação com 1,8% para os rapazes.

Considerações de equidade e reforço das medidas

(i) Participação das raparigas na educação

134. O aumento da percentagem de raparigas em todos os níveis constitui um avanço significativo. Durante o período em análise, a participação global das raparigas no sistema escolar como um todo foi de 46,3% e as matrículas aumentaram 6,1% em comparação com o ano letivo de 2016/17 (um aumento de 5,1% para os rapazes), enquanto o aumento da população escolar total foi de 5,3%. A participação das

raparigas em cada nível é descrita a seguir em termos gerais (a taxa líquida de matrícula das raparigas também revela uma tendência promissora, como se pode ver no quadro seguinte).

- ✓ Ao nível do ensino pré-primário/pré-escolar, um aumento de 13,9% da taxa de inscrição das raparigas, que representam 48,5% da população escolar total. No nível primário, registou-se um aumento de 2,9% nas matrículas femininas, com a participação das raparigas a situar-se em 45,3%.
- ✓ No nível intermédio/médio, o número de estudantes do sexo feminino aumentou 11,6%, atingindo 46,1%.
- ✓ A nível do ensino secundário, a taxa de inscrição das raparigas aumentou 4,7%, representando as inscrições femininas 49,4% do total.

Ano lectivo Ano	Elementar			Médio			Secundário		
	Efectivo		TNS %	Efectivo		TNS %	Efectivo		TNS %
	Total	Raparigas	Raparigas	Total	Raparigas	Raparigas	Total	Raparigas	Raparigas
2016/17	289174	134886	80.4	84179	41468	45.3	58077	29244	19.2
2017/18	349753	157758	81.2	88492	43884	47.0	55900	28449	18.3
2018/19	347482	156980	81.5	87816	43602	46.3	59647	30650	19.6
2019/20	356252	161304	80.8	84909	41783	44.0	60413	30.559	19.4

Quadro 19: Níveis de participação e de inscrição das raparigas

135. O índice de paridade dos géneros (IPG), tal como apresentado no quadro seguinte, mostra os progressos realizados e os desafios a enfrentar para atingir um IPG de 1 (igualdade de participação dos géneros) em todos os níveis de ensino.

Nível de ensino	Pré-escola	Elementar	Médio	Secundário
Ano lectivo 2016/17	0.93	0.82	0.85	0.91
Ano lectivo 2019/20	0.94	0.83	0.86	0.94

Quadro 20: Índice de paridade de género por nível

136. Foram adoptadas várias estratégias e intervenções para colmatar as disparidades entre homens e mulheres no domínio da educação. Eis alguns exemplos:

- Durante o período em questão, o acesso equitativo à educação aumentou e o número de escolas aumentou a todos os níveis do sistema.
- Com base em estudos sobre os factores que afectam a educação das raparigas, o Ministério da Educação preparou uma Estratégia Nacional de Comunicação sobre a

Educação das Raparigas, 2010. O principal objetivo da estratégia é melhorar o acesso à educação das raparigas e de outros grupos desfavorecidos. A estratégia inclui seis recomendações, nomeadamente o lançamento de um movimento nacional, uma campanha mediática, a mobilização de uma coligação para a mudança, a mobilização social e o reforço das capacidades, a criação de um ambiente mediático e a instituição de prémios e distinções.

- Foram realizadas campanhas intensivas de sensibilização para a necessidade de as crianças em geral e as raparigas em particular frequentarem a escola, em colaboração com vários parceiros, incluindo líderes comunitários, autoridades locais, a União Nacional das Mulheres da Eritreia (NUEW), a União Nacional dos Jovens e Estudantes da Eritreia (NUEYS) e outras organizações não governamentais.
- Foi efectuado um estudo sobre a gestão da higiene menstrual nas escolas secundárias da Eritreia em colaboração com a UNICEF (2017). O principal objetivo era identificar os desafios enfrentados pelas raparigas na escola durante o período menstrual e formular recomendações para os resolver. No âmbito de um projeto-piloto, algumas escolas da região de Maekel (Centro) já começaram a disponibilizar instalações/itens sanitários às raparigas. Este projeto deverá ser alargado a outras regiões no futuro.
- Em 2016, o Ministério da Educação realizou um estudo exaustivo sobre as crianças que não frequentam a escola. Os objectivos gerais do estudo consistiam em determinar a distribuição (geográfica) das crianças não escolarizadas e os principais obstáculos à sua exclusão da escola, bem como em reduzir o número de crianças não escolarizadas no país. Uma das principais conclusões é que um número considerável de crianças é vítima de exclusão escolar, particularmente nos níveis médio e secundário, e que muitas delas são raparigas, crianças de zonas rurais e crianças de famílias com baixos rendimentos.
- Está em curso a extensão do programa de ensino primário complementar (EPC). O principal objetivo deste programa é proporcionar três anos de ensino básico a crianças não escolarizadas com idades compreendidas entre os 9 e os 14 anos. Esta oferta deve ser aproximadamente equivalente a cinco anos de ensino básico formal. Os beneficiários deste programa são principalmente crianças desfavorecidas de zonas rurais remotas.
- Para garantir um acesso equitativo à educação, foram concedidos incentivos financeiros e materiais, incluindo material escolar e artigos sanitários, aos alunos. As raparigas de zonas desfavorecidas foram as principais beneficiárias.
- Educação pelos pares, festivais de alunos/estudantes, várias medidas de incentivo, incluindo material escolar gratuito, isenção de taxas escolares nominais (taxas de inscrição, etc.) para alunos carenciados e outras medidas destinadas a corrigir as desigualdades existentes e, assim, oferecer oportunidades ao maior número possível de crianças.

(ii) Realidades rurais e progressos efectuados

137.No âmbito da estratégia do sector social e do objetivo de assegurar uma distribuição equitativa das oportunidades e dos recursos, um desenvolvimento importante foi a expansão da oferta educativa nas zonas rurais desfavorecidas do país e nas comunidades nómadas (ver quadro abaixo). A população escolar rural passou de 53,25% para 56,1% do total da população escolar em todos os níveis do sistema. As taxas de matrícula nas zonas urbanas aumentaram em todos os níveis, exceto no secundário, onde se registou uma ligeira descida, de 41,43% em 2016/17 para 40,56% no ano letivo de 2019/2020. As escolas rurais representavam 75,2% do número total de escolas do sistema, contra 73,14% anteriormente.

Nível	2016/17		2019/20	
	% estudantes	% escolas	% estudantes	% escolas
Pré-escola	40.55	64.88	47.05	70.6
Primário	60.47	80.72	64.08	81.33
Médio	47.48	71.7	48.78	73.1
Secundário	41.43	50	40.56	51.9
Total	53.25	73.14	56.1	75.2

Quadro 21: Escolas rurais e número de alunos por nível

(iii) Crianças desfavorecidas

138. *A educação nas comunidades nómadas:* Durante o período em análise, foi dada maior atenção ao reforço do direito das crianças nómadas à educação. O governo tomou medidas significativas para melhorar a situação educativa das populações nómadas. Em 2019/20, 65 escolas, 10 das quais são internatos, serviram comunidades nómadas na Eritreia. O número total de matrículas nestas escolas era de 7 528, 46% das quais eram raparigas.

139. *Contribuição dos internatos para a equidade:-* O Governo da Eritreia fez um esforço concertado para garantir o acesso à educação em todas as regiões do país. Consequentemente, foram criadas oportunidades para as crianças em idade escolar nas zonas rurais e remotas através da abertura de internatos e albergues. Estas estruturas permitiram que as crianças desfavorecidas das zonas rurais e isoladas, e as raparigas em particular, tivessem acesso e prosseguissem os seus estudos. A taxa de abandono no nível elementar aumentou ligeiramente, mas no nível intermédio/médio diminuiu em 2018/19 em comparação com 2017/18. Este facto deve-se, em parte, à abertura de novos internatos e internatos secundários em muitas regiões do país. Em geral, as taxas de abandono escolar e de repetência foram mais baixas para as raparigas do que para os rapazes durante o período em análise.

140. *Crianças fora da escola e o ensino básico complementar* - O Ministério da Educação gere um programa de ensino básico complementar para crianças não escolarizadas. O principal objetivo deste programa é proporcionar três anos de educação a crianças fora da escola com idades compreendidas entre os 9 e os 14 anos. Este programa é equivalente aos cinco anos de ensino básico formal frequentados pelas crianças mais pequenas. Os principais beneficiários do programa são raparigas de zonas rurais desfavorecidas e remotas. No ano lectivo de 2019/20, estavam matriculadas 11 690 crianças, 46% das quais eram raparigas.

Ano lectivo	Efectivo		Taxa de abandono (%)		Taxa de conclusão (%)	
	Total	Raparigas	Total	Raparigas	Total	Raparigas
2016/17	6538	2.930	18	17	82	83
2017/18	8589	3994	15	15	85	85
2018/19	13286	6002	14	13	86	87
2019/20	11690	5347	15	15	85	85

Quadro 22: Programa complementar do ensino básico: Matrícula, abandono e conclusão por ano e género

(iv) Crianças com deficiência e educação especial

141. Desde logo, é essencial notar que a prioridade dada às intervenções integradas na primeira infância significa que quaisquer problemas ou deficiências podem ser detectados numa fase precoce e os seus efeitos e gravidade reduzidos. A intervenção precoce está integrada nos programas de saúde escolar, no âmbito dos esforços conjuntos dos Ministérios da Saúde e da Educação. Além disso, as crianças beneficiam de exames oftalmológicos, auditivos e dentários efectuados por professores de saúde, com o apoio de clínicas móveis.

142. Neste contexto, o Ministério da Educação esforça-se constantemente por resolver os problemas das crianças com deficiência, nomeadamente através de:

- uma política de educação inclusiva, que preveja instalações e recursos para as crianças com deficiência nas escolas;
- esforços para promover a educação de crianças com deficiência, tais como os deficientes visuais e auditivos em escolas primárias especiais e as crianças com autismo e síndrome de Down; e
- a garantia da continuidade dos estudos das crianças com deficiência nas escolas secundárias e nas escolas superiores; as três escolas primárias especializadas (uma escola primária pública e duas escolas primárias não públicas para crianças com deficiência visual e auditiva, respetivamente) continuaram a funcionar, mas com a mesma capacidade. No entanto, estão em curso obras de ampliação da escola para surdos da cidade de Keren (região de Anseba), para acolher mais crianças. Como é habitual, os alunos que terminam os seus estudos nestes três estabelecimentos são integrados nos níveis seguintes e recebem uma assistência especial. Além disso, durante o ano lectivo de 2018/19, 6 835 alunos com deficiência visual, 2 553 alunos com deficiência auditiva, 1 508 alunos com deficiência mental e 840 alunos com deficiência física foram matriculados em turmas regulares, com assistência especial quando considerado necessário.

Ano lectivo	Escola para Cegos Abraha Bahta		As duas escolas para surdos	
	Total	Mulheres	Total	Mulheres
2016/17	35	15	145	40
2017/18	33	15	144	66
2018/19	33	15	144	66

Quadro 23: Educação especial: Efectivos por ano e sexo

143. De acordo com o relatório da *National Association of Intellectual Developmental Disability* (NAIDD), o número de escolas para crianças com deficiências intelectuais e de desenvolvimento aumentou de 8 em 2014 para 9 em 2019 e a população escolar aumentou de 255 para 646 em 2019. A tabela a seguir mostra o número de alunos com deficiência intelectual (*desses, 210 crianças com deficiência visual de 7 a 17 anos estão matriculadas*

em escolas inclusivas e especiais). Além disso, projectos modelo estão em curso em algumas localidades do país para crianças com autismo e síndrome de Down (síndrome de Down).

Regional	Nº de escolas		Alunos do IDD em					
			2014			2019		
	2014	2019	Raparigas	Rapazes	Total	Raparigas	Rapazes	Total
Regional;	7	11	123	93	216	146	264	410
Anseba	1	2	21	18	39	21	53	74
mar Vermelho Meridional		1				20	31	51
Gash Barka		1				9	11	20
mar Vermelho Setentrional		3				26	30	56
SUD		1				14	21	35
Total	8	19	144	111	255	236	410	646

Quadro 24: Efectivos dos Alunos IDD

144. **Educação inclusiva nas escolas primárias regulares** - classes especializadas foram construídas e são funcionais nas *escolas primárias regulares* em algumas partes do país com o objetivo de reduzir o défice e as questões críticas na oferta educacional. Estão a ser tomadas medidas para criar aulas especiais funcionais com ensino qualificado, a fim de melhorar e fortalecer a inclusão escolar. Atualmente, existem várias turmas especializadas ligadas às escolas primárias em algumas partes do país. Prevê-se alargar esta iniciativa a outras regiões. Programas de educação continuada foram implementados para desenvolver a capacidade dos professores em educação especial. No geral, garantir o acesso a todas as crianças com necessidades especiais continua a ser um dos maiores desafios para o sistema educacional da Eritreia.

(v) Eficiência interna do sistema escolar

145. Embora a política de educação e o esforço nacional nesta área visem proporcionar uma educação de qualidade, e apesar dos investimentos e esforços significativos realizados, a eficiência interna do sistema escolar continua a ser uma fonte de preocupação a todos os níveis e a qualidade geral sofre. Conforme mostrado na tabela sobre taxas de fluxo escolar (comparando 2016/17 a 2018/29, por ano letivo e por gênero em todos os níveis), são necessários esforços adicionais em nível sistêmico para reduzir a evasão e aumentar a eficiência interna do sistema, especialmente nos níveis médio e secundário, reduzindo as taxas de evasão e repetição. As taxas de abandono e repetição aumentaram, reduzindo marginalmente as taxas de transição durante o período do relatório para meninos e meninas.

No entanto, em todos os níveis escolares, essas taxas são muito mais altas para as meninas do que para os meninos. É importante expandir e fortalecer as estratégias de intervenção introduzidas, conforme explicado no parágrafo 113, para continuar a progredir.

Ano lectivo	Nível	% de abandono			% de retenção			Passagens		
		Rapazes	Raparigas	Total	Rapazes	Raparigas	Total	Rapazes	Raparigas	Total
2016/17	Elementar	6.3	4.4	5.5	10.4	7.9	9.3	83.3	87.6	85.2
	Médio	9.5	5.1	7.5	20.2	12.3	16.5	70.3	82.7	76.0
	Secundário	14.5	10.8	12.8	20	11	15.8	65.6	78.1	71.5
2018-19	Elementar	7.1	5	6.1	10.9	8.4	9.8	82.1	86.6	84.1
	Médio	12.7	7.2	10.1	21.5	13.7	17.9	65.9	79.1	72
	Secundário	14.8	12	13.4	16.4	8.9	12.8	68.8	79.1	73.8

Tabela 25 - Taxa de fluxo escolar (comparação entre 2016/17 e 2018/29, por ano lectivo e sexo, todos os níveis combinados)

(vi) Foco na educação técnico-profissional

146. O Ministério da Educação tem feito grandes esforços para formar trabalhadores qualificados e semi-qualificados, com o objetivo de criar oportunidades de emprego remunerado. Diferentes tipos de formação são fornecidos em centros de educação e formação técnica e profissional. Os alunos passam por dois anos de formação após completarem o 10º ano ou um ano após completarem o 12º ano. Em 2019/20, um total de 4.911 alunos (46% raparigas) matriculados em várias instituições de ensino técnico.

Ano lectivo	Estabelecimentos de Ensino Técnico			Centro Nacional de Formação Profissional		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
2016/17	1416	1264	2680	978	1089	2067
2017/18	1505	1317	2822	S/N.º	S/N.º	S/N.º
2018/19	1525	1310	2835	1144	932	2076
2019/20	1525	1310	2835	1144	932	2076

Tabela 26 - Número de instituições de formação técnica e profissional

(vi) Alfabetização de Adultos e Educação Continuada

147. Em 2019/20, um total de 42.962 participantes havia se inscrito no Programa Nacional de Alfabetização de Adultos. 88% deles eram mulheres, 76% dos quais completaram o

programa. Um total de 2.844 professores, 25% dos quais são mulheres, foram destacados no âmbito deste programa (ver tabela abaixo). O programa de alfabetização de adultos também oferece formação profissional de curto prazo para promover a empregabilidade e o empreendedorismo.

Ano lectivo	Nº total (Participantes) que	Mulheres	%	Mulheres Concluíram o programa	% de mulheres Concluíram o programa
2016/17	40203	35.690		27.183	76
2019/20	42962	37.706		28.821	76

Tabela 27 – Número de inscritos em programas de alfabetização e educação continuada de adultos

148. Além disso, oportunidades de educação continuada são oferecidas nos níveis médio e secundário a adultos e jovens que interromperam seus estudos por diversos motivos. No ano letivo de 2018/19, um total de 2.458 pessoas haviam se matriculado neste programa, 46% das quais eram mulheres. Por outro lado, foram feitos esforços concertados para oferecer programas de alfabetização e pós-alfabetização e vários níveis de oportunidades educacionais como parte de programas nacionais em prisões e centros de reabilitação. O Ministério da Educação apoiou essas instituições formando professores e fornecendo materiais de ensino e aprendizagem, bem como outras formas de assistência técnica.

Ano lectivo	Total de efectivos	Efectivo feminino
2016/17	6034	2.167
2017/18	4087	1.562
2018/19	2458	1.131

Tabela 28 – Inscrição em programas de educação/formação contínua de adultos

(vii) Progresso no ensino superior e perspectivas

Resultados ESECE (comparação entre 2017-2019 e 2018-2019)

149. Durante o ano letivo de 2019-2020, 14642 alunos (cerca de 50% mulheres - SPI=1,0) participaram no exame de conclusão do ensino secundário (ESECE) e um total de 6207

(42,4%) obtiveram resultados que lhes deram a oportunidade de prosseguir o ensino superior, incluindo 2379 (38,33) com vista à obtenção de um mestrado/licenciatura, 1950 (31,3%) um diploma básico (licenciatura) e 1878 (30,3%) um certificado. A título de informação, é imprescindível destacar que no início do ano lectivo de 2020/21, o número de inscritos nos cursos de licenciatura/mestrado e diploma de ensino médio nas seis instituições de ensino superior do país é de 9.125 (45,7% mulheres e 54,3% homens).

Matrícula e progresso no ensino superior

150. A igualdade de direitos e oportunidades, bem como o acesso gratuito ao ensino superior e ao ensino politécnico são um aspeto essencial da criação de capital humano, e foram feitos progressos significativos durante o período em análise. A continuidade da educação e o direito de acesso ao ensino superior foram consolidados, conforme ilustrado a seguir:

- A população estudantil total de todas as instituições de ensino superior (Ihe) da Eritreia, durante o 1º semestre (ano letivo de 2017/2018) foi de **10.818** matriculados, (**58,2%** em bacharelado; **41%** em programas de graduação básica; e **0,8%** em programas de pós-graduação em nível de mestrado. Do total de alunos matriculados, aproximadamente **43,8%** eram mulheres. A população estudantil feminina aumentou ligeiramente em **1,8%**. (**N.B.** Este relatório estatístico não inclui a Faculdade de Medicina e de Odontologia de Orotta (**OSMD**)).
- Em comparação, a população estudantil total de todas as instituições de ensino superior da Eritreia, no final do 2º semestre (2019/2020), era de **8006**, dos quais **64,05%** matriculados em bacharelado; **35,8%** em cursos de graduação e **10 (0,12%)** em pós-graduação. Para o semestre atual, do total de alunos matriculados, aproximadamente **45,2%** são mulheres. As matrículas por área de estudo e sexo no início do ano letivo de 2019/2020, bem como por nível de estudo são apresentadas nas tabelas abaixo. Deve-se notar que o número de alunos diminuiu 26%, mas a matrícula feminina aumentou 1,8 pontos percentuais.

EES (Instituições de Ensino Superior)	Mulheres		Homens			
	Núm.	%	Núm.	%	Total	%
Faculdade de Ciências de Mai-nefhi (MCS)	851	49.4	871	50.6	1.722	21
Faculdade de Engenharia Mai-nefhi (MCET)	511	31	1138	69	1649	21
Faculdade de Educação de Asmara (ACS)	76	27	203	73	279	3.5
Faculdade de Negócios e Ciências Sociais (CBSS)	1209	47.7	1328	52.3	2.537	32
Faculdade de Agronomia de Hamelmalo (HAC)	559	60.5	365	39,5	924	3.5

Faculdade de Medicina e Ciências da Saúde de Orotta (OSMHS)	415	46	480	54	895	11
Número total de alunos em 2019/2020	3.621	45.2	4385	54.8	8006	100
<i>Total de matrículas de alunos para 2017/2018</i>	<i>4738</i>	<i>43.8</i>	<i>6080</i>	<i>56.2</i>	<i>10818</i>	

Tabela 29 - Matrícula por área de estudo e sexo no início do ano letivo de 2019/20

EES (Instituições de Ensino Superior)	o ciclo	Base	Licença	Capitão:	Total	DE T
Faculdade de Ciências Mai-nefhi (MCS)	-	-	1722	-	1722	21
Faculdade de Engenharia Mai-nefhi (MCET)	-	906	743	-	1649	3.5
Faculdade de Educação de Asmara (ACS)	-	145	134	-	279	3.5
Faculdade de Negócios e Ciências Sociais (CBSS)	-	956	1581	-	2537	32
Faculdade de Agronomia de Hamelmalo (HAC)	-	401	523	-	924	11.5
Faculdade de Medicina e Ciências da Saúde de Orotta Ciências (OSMHS)	10	460	425	-	895	11
Total de matrículas de alunos	10	2868	5128	-	8006	100%
<i>% por nível de escolaridade 2020/21</i>	<i>0.125</i>	<i>35.8</i>	<i>64.05</i>	<i>0</i>	<i>10818</i>	
<i>No ano</i>	<i>0</i>	<i>41</i>	<i>58.2</i>	<i>0.8</i>		<i>100%</i>

N.B.: O relatório estatístico referente ao período 2000/2021 não contempla a Orotta School of Medicine & Dentistry (School of Medicine and Dentistry - OSMD) Tabela 30 - Matrículas por área de estudo e nível no início do ano letivo 2019/2020

Representação de gênero nas matrículas no ensino superior

151. O índice de paridade de gênero nas instituições de ensino superior tem apresentado tendência e crescimento positivos. A atual taxa de participação feminina de 41% no ensino superior é um avanço notável. Além disso, os direitos e oportunidades oferecidos às estudantes do sexo feminino nas áreas de ciência e tecnologia, saúde e medicina, agricultura e ciência e tecnologia marinha são um reflexo adicional dos esforços contínuos para criar capital humano confiável para o crescimento diversificado da economia eritreia (ver tabela abaixo). A média de matrículas femininas de todas as IES durante o 2º semestre do ano letivo de 2019/20 foi de 45,2%. (0,1% em programas de pós-graduação, 64% em cursos de graduação e 35,8% em cursos básicos). Embora a força de trabalho feminina esteja crescendo constantemente a cada ano, ainda há muito trabalho a ser feito para promover a equidade de gênero.

EES (Instituições de Ensino Superior)	Mulheres		Homem		Total	%
	Núm.	%	Núm.	%		
Faculdade de Ciências Mai-nefhi (MCS)	851	49.4	871	50.6	1722	21

Faculdade de Engenharia Mai-nefhi (MCET)	511	31	1138	69	1649	21
Faculdade de Educação de Asmara (ACS)	76	27	203	73	279	3.50
Faculdade de Negócios e Ciências Sociais (CBSS)	1209	47.7	1328	52.3	2537	32
Faculdade de Agronomia de Hamelmalo (HAC)	559	60.5	365	39,5	924	11.5
Faculdade de Medicina e Ciências da Saúde de Orotta HS	415	46	480	54	895	11
Resumo da composição de género (2017/18)	3.621	45.2	4385	54.8	8006	100
Resumo da composição de género (2019/20)	4.742	43.8	6.076	56.2	10818	

Tabela 31- Representação de Género nas Matrículas no Ensino Superior

Eficiência interna no ensino superior

152. As taxas médias de evasão e evasão são mais altas nos programas básicos de graduação do que nos programas de bacharelado/mestrado. Ressalta-se que as taxas de perda e abandono são maiores em relação a 2019/2020.

Ano lectivo	Taxa de perda (%)		Taxa de abandono (%)	
	Licença	Diploma Básico	Licença	Diploma Básico
2017/18	19,3%	21,7%	0,7%	1,4%
2019/20	8,3%	6,4%	0,37%	0,5%

Tabela 32- Eficiência interna no ensino superior

153. O corpo docente em 2019/20 era composto por 344 nacionais (42 mulheres) e 170 expatriados (13 mulheres). Para efeito de comparação, havia 636 docentes no final do primeiro semestre do ano letivo de 2017/2018. Destes, **457 (72%)** eram nacionais (68 mulheres) e os restantes, **179 (28%)**, expatriados (20 mulheres). A este respeito, foram feitos esforços consideráveis para investir na capacidade e eficiência do pessoal e, em 2017, o número de professores nacionais foi de 457 (69 mulheres), dos quais 1,7% eram professores catedráticos, 3% professores assistentes, 7% professores assistentes, 26% docentes, 12,3 professores assistentes/assistentes de mestrado e 50% assistentes gerais (é feita uma comparação para o período em análise - ver tabela acima). Esta situação tem um impacto significativo no processo de ensino e aprendizagem e no desenvolvimento da pesquisa. Espera-se que o plano de desenvolvimento de pessoal, promoção e implementação de programas locais de ensino superior em instituições de ensino superior ajudem a reduzir essa proporção.

EES	Corpo Docente	Estudantes	Proporção Professor/Aluno
2017/18	636	10.818	2016/17
2019/20	514	8.006	1 281

Tabela 33 - Nível e composição do corpo docente do ensino superior

3.4.4. Protecção e segurança social

154. Durante o período do relatório, a protecção social e a segurança social continuaram a ser um foco estratégico importante (ver relatório inicial, parágrafos 198-202 sobre segurança social, 210 sobre a família, 258-268 sobre educação e 324-341 sobre protecção social).

(i) Mapeamento/inventário de programas de protecção social na Eritreia

155. Em 2018 e no início de 2019, o Ministério do Trabalho e Protecção Social realizou um mapeamento e um estudo de inventário dos programas de protecção social na Eritreia para fazer um balanço das abordagens e intervenções de protecção social de todos os setores e organizações da sociedade civil. O exercício permitiu determinar a natureza das intervenções, os objetivos, os grupos-alvo, o nível de mobilização de recursos, os implementadores, os critérios de elegibilidade e o impacto dos programas. O estudo indica que 114 programas de protecção social (PPS) foram implementados desde 1992 e as principais conclusões são as seguintes:

- 24% dos programas destinavam-se a crianças, mulheres e raparigas vulneráveis e famílias em situação de insegurança alimentar
- 19% visavam pessoas com deficiência
- o resto dizia respeito às famílias dos mártires, idosos, profissionais do sexo e agricultores
- os programas ajudaram a fortalecer a resiliência da maioria dos grupos vulneráveis e até melhoraram as condições de vida de alguns deles

156. Com base nas recomendações do estudo, o Ministério do Trabalho e Protecção Social está a elaborar uma Política Nacional de Protecção Social e um Plano Estratégico Quinquenal para o período 2020-2021. O objetivo é melhorar/fortalecer a Estratégia Nacional do Setor Social. A política nacional e o plano estratégico definem uma rede nacional de segurança social e orientam a implementação de uma protecção social abrangente. Reconhecem a importância das medidas de protecção social e apoiam profundamente os valores sociais da sociedade que prestam assistência a grupos vulneráveis dentro da comunidade. Além disso, o Governo da Eritreia presta serviços médicos e educacionais gratuitos, assistência financeira e alimentar a pessoas vulneráveis, benefícios (fundos fiduciários) às famílias dos mártires. Também garante o acesso a produtos básicos a preços justos por meio de lojas subsidiadas, especialmente para necessidades básicas, como pão, cereais, óleo de cozinha e açúcar.

(ii) Intervenções no domínio da segurança/protecção social

157. As intervenções sociais de base comunitária do Ministério do Trabalho e Protecção Social concentram-se em famílias de acolhimento de crianças órfãs e vulneráveis, famílias de mártires, crianças de rua vulneráveis, pessoas com deficiência e famílias chefiadas por mulheres, através de atividades geradoras de rendimento (IgAS). A formação profissional e o fornecimento de aparelhos ortopédicos também contribuem para a participação de grupos vulneráveis no seu próprio desenvolvimento e para a melhoria das condições de vida das suas famílias e grupos sociais.

158. Além disso, durante o período em análise (2017-2020), o Ministério do Trabalho e Proteção Social apoiou:

- 605 famílias de acolhimento com crianças órfãs
- 4.449 crianças vulneráveis que vivem com HIV/AIDS (assistência em dinheiro)
- 27.061 Veteranos Críticos
- 240 famílias com crianças com deficiência (fornecimento de burros e carrinhos, principal meio de transporte de bens e mercadorias e fonte de renda em áreas rurais e semi-urbanas)
- 210 domicílios chefiados por mulheres e 46 idosos (atividades geradoras de renda)
- 2.206 famílias vulneráveis em cinco administrações regionais (fornecimento de carrinhos para ajudá-las a gerar renda e melhorar seus meios de subsistência).

Mitigação de desastres e secas

159. Durante o período do relatório (2017-2020), não houve declaração de emergência ou grande crise humanitária. No entanto, houve áreas afetadas por inundações durante a estação chuvosa, localidades atingidas pela seca nas administrações zonais do sul do Mar Vermelho devido à falta de chuva, infestação de gafanhotos e pandemia de coronavírus. Os efeitos das inundações foram contidos por meio da mobilização de recursos comunitários em termos de oferta de alimentos. O Ministério do Trabalho e Proteção Social distribuiu colchões, cobertores, itens sanitários/higiênicos, como sabão e utensílios de cozinha aos atingidos. O déficit alimentar na região sul, propensa à seca, foi aliviado através da distribuição de rações alimentares dos estoques de emergência do governo. Os efeitos da pandemia do coronavírus foram controlados por meio de uma abordagem pragmática por parte do governo, com alta disciplina e responsabilidade por parte de toda a população. Além disso, a infestação de gafanhotos foi contida através dos esforços coordenados do Ministério da Agricultura, com forte participação das comunidades nas áreas afetadas e apoio das Forças de Defesa da Eritreia.

Regime de reforma

160. O Governo da Eritreia remete para o parágrafo 201 do Relatório Inicial no que diz respeito aos mecanismos governamentais implementados para a cobrança de contribuições, bem como para a possível gestão do plano de pensões após a cobrança dessas contribuições. Em linha com a política macroeconômica do país, o objetivo da segurança social é “introduzir gradualmente um sistema nacional de segurança social abrangente de acordo com o ritmo do desenvolvimento econômico do país. Os regimes de pensões serão introduzidos para os funcionários do setor público e os sistemas tradicionais de segurança social serão incentivados.” Para tanto, foram promulgadas as proclamações correspondentes. Durante o período de referência de 2017-2020, foi recolhido um montante de 97385447 RER junto dos empregadores (7%) e dos trabalhadores (5%).

161. As pensões foram pagas a 22.956 reformados do antigo governo etíope no valor de em 27.771.862.

Regime de seguro de vida em grupo como meio de proteção social

162. Desde 2018, a Corporação Nacional de Seguros da Eritreia (Nice) implementou um único esquema de seguro de vida em grupo, que leva em consideração a situação econômica atual e a um preço de cobertura significativamente reduzido para os idosos. Este plano de seguro de vida em grupo é estendido a indivíduos e funcionários associados que formaram grupos: profissionais; ex-colegas de trabalho; associações colaborativas; associações comunitárias locais em diferentes setores, organizações e comunidades. O objetivo principal deste plano é prestar assistência em caso de invalidez permanente, doença grave e, após a morte do segurado, fornecer cobertura de seguro de morte natural e acidental aos seus sobreviventes. Até ao momento, foram registados cerca de 9 grupos de diferentes setores e mais de 45 associações, representando um total de 18.267 pessoas com cobertura de seguro de vida em grupo. Até o momento, já foram arrecadados mais de 8 milhões de bônus e aproximadamente 120 famílias já foram beneficiadas pelo programa.

(iii) Direitos e desenvolvimento da criança

Organização e mobilização

163. Consistente com o seu compromisso de promoção e respeito pelos direitos estabelecidos na Carta Africana e outras convenções regionais e internacionais das quais a Eritreia é parte, o Governo da Eritreia esforça-se, dentro dos seus meios, para promover os direitos e o bem-estar da criança. Aloca regularmente um orçamento anual para a implementação de vários programas nacionais, incluindo a promoção e proteção dos direitos das crianças. O orçamento do Estado é complementado por vários programas de parceria. Sob a supervisão dos escritórios sub-regionais do Ministério do Trabalho e Bem-Estar Social, os assistentes sociais e os comitês locais de direitos das mulheres e crianças monitoram continuamente para garantir que as crianças recebam a atenção e a assistência necessárias.

Idade	Total	Rapazes	Raparigas
0- 4	468612	247326	221286
5-9	449151	231430	217721
10-14	432853	220650	212203
15-18	306344	157956	148388
0-18	1656960	857362	799598

Tabela 34:- Distribuição social das crianças por idade e sexo

164. Durante o período coberto pelo relatório de 2017-2020, o Ministério do Trabalho e Proteção Social realizou campanhas de mobilização comunitária através de seus 400 assistentes sociais em todas as administrações regionais e sub-regionais sobre parentalidade positiva e prevenção de violência e abuso contra crianças, atingindo 411.308 pessoas (incluindo 230.686 mulheres), incluindo crianças e adolescentes, assistentes sociais e pais/responsáveis. Questões relacionadas à violência contra crianças foram discutidas abertamente com o objetivo de romper o silêncio sobre essa questão.

165. O Dia Universal da Criança, comemorado nacionalmente, ajuda a conscientizar as comunidades, incluindo as crianças, sobre a realização dos direitos das crianças. Este evento também é transmitido na mídia do país. Nesta celebração anual, mais de 1.000 crianças participam de protestos de rua, apresentando poemas, músicas e peças de teatro para falar sobre seus direitos. Nesta ocasião, o Ministro do Trabalho e Bem-Estar Social e o representante da UNICEF transmitem mensagens-chave reafirmando o seu compromisso de defender os direitos e o bem-estar de todas as crianças.

166. Para concretizar os direitos e o bem-estar da criança, a coordenação entre as partes interessadas relevantes foi fortalecida e foram estabelecidos comitês que funcionam bem para garantir os direitos das mulheres e crianças e eliminar a mutilação genital feminina, o casamento precoce e outras práticas tradicionais prejudiciais em todos os níveis de implementação. Cinco tipos de comitês, a saber, o Comitê Gestor Nacional (NSC), o Comitê Técnico Nacional (NTC), o Comitê Regional de Coordenação e Implementação (ZCIC), comitês sub-regionais e comitês administrativos locais, foram estabelecidos. Os comitês nacionais, regionais e sub-regionais criados até o momento são mostrados na tabela abaixo. Os comitês são todos compostos por representantes do governo, da Associação de Mulheres (NUEW), da Associação de Jovens e Estudantes (NUEYS) e de crianças. **22,4%** dos membros dos comitês estabelecidos no nível sub-regional são mulheres.

Nº	Regional	Nº de comitês sub-regionais criados	Membros do Comitês		
			H	F	Total
1	Maekel	16	103	56	159
2	Dehub	12	159	39	198
3	Anseba	9	138	44	181
4	Gash Barka	16	206	40	246
5	Mar Vermelho meridional	10	118	27	145
6	Mar Vermelho meridional	4	41	14	55
	Total	67	765	220	984

Tabela 35: Comitês para a Protecção dos Direitos da Mulher e da Criança

167. Durante o período do relatório, os comitês em diferentes níveis realizaram atividades de organização, conscientização e mudança de comportamento entre a população para proteger os direitos de crianças e mulheres e erradicar a mutilação genital feminina (MGF), o casamento precoce e outras práticas tradicionais prejudiciais. Por exemplo, duas sub-regiões, Asmat e Haboro, com um total de 70 aldeias, declararam sub-regiões livres de mutilação

genital feminina e casamento precoce, e muitas aldeias estão no processo de seguir o exemplo.

168. No que diz respeito ao casamento precoce, além das leis nacionais que proíbem essa prática, deve-se mencionar que algumas comunidades em nível de subárea aplicam regulamentos para garantir que todos os casamentos sejam celebrados após os 18 anos de idade. Essas comunidades sancionam e aprovam casamentos de acordo com o seguinte procedimento: (i) a família solicita a aprovação do casamento do administrador da aldeia (ii) o administrador verifica a idade no registro mantido no escritório administrativo e transmite uma carta de apresentação ao centro de saúde mais próximo para solicitar um teste de VIH/SIDA (iii) o centro de saúde realiza o teste de VIH/SIDA e envia o resultado ao sheik ou sacerdote (iv) o *sheik* ou sacerdote sanciona o casamento (v) o sheik ou sacerdote não aprova o casamento sem verificar a idade. Esses regulamentos comunitários provaram ser eficazes e serão estendidos a outras comunidades.
169. Os 5º e 6º relatórios periódicos combinados da Eritreia e os 2º e 3º relatórios combinados ao abrigo da Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança (ACRWC), que relatam os progressos realizados na implementação da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), foram preparados sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Bem-Estar Social, com a participação de todos os parceiros nacionais (instituições governamentais relevantes e organizações da sociedade civil). Estes relatórios fornecem uma atualização sobre o período após o quarto relatório nacional que abrange os anos de 2014 a 2019, bem como respostas às observações finais e recomendações do Comité dos Direitos da Criança sobre o quarto relatório periódico da Eritreia, mas também ao ACERWC no contexto do relatório inicial da Eritreia.

Vulnerável

170. O Estado Parte remete para os parágrafos 331-332 do relatório inicial no que diz respeito às crianças vulneráveis. Para garantir o bem-estar das crianças privadas de cuidados parentais, vários programas e mecanismos foram reforçados, nomeadamente i) o programa de reunificação, ii) lares comunitários, iii) adoção, iv) a colocação de órfãos em orfanatos e o acolhimento de crianças em famílias de sobreviventes de mártires, v) apoio às famílias afetadas pelo VIH/SIDA. Além disso, famílias adotivas de órfãos (em orfanatos) e crianças em famílias de mártires recebem apoio financeiro. Isto é principalmente para tornar o reagrupamento familiar com a família alargada mais sustentável e para evitar problemas psicossociais que surgem à medida que crescem.

- **Programa de Reunificação para Órfãos e Outras Crianças Vulneráveis (OVC)**

171. Durante o período 2017-2020, o Ministério do Trabalho e Proteção Social colocou 1882 órfãos (882 raparigas) em 627 famílias, que lhes prestam assistência e proteção num ambiente familiar. O Governo da Eritreia prestou apoio às famílias de acolhimento sob a forma de assistência financeira geradora de rendimentos. O auxílio inclui pecuária, pequenas

atividades comerciais, carroças puxadas por animais e insumos agrícolas. Esta concessão é um montante fixo único avaliado em USD 667,00 por família. O monitoramento e acompanhamento contínuos no terreno mostraram que as RGAs melhoraram o acesso das famílias vulneráveis a serviços sociais básicos, incluindo educação, saúde e proteção, ao mesmo tempo em que contribuíram para o fortalecimento da segurança alimentar e do estado nutricional das crianças. No entanto, faltam recursos financeiros para poder cobrir crianças vulneráveis e famílias que precisam de assistência já identificadas.

- **Casas comunitárias para crianças órfãs**

172. O Estado Parte remete para o parágrafo 333 do relatório inicial no que diz respeito aos lares comunitários para crianças órfãs. Estas estruturas, que acolhem um número limitado de crianças, continuam a proporcionar-lhes assistência e proteção familiar, proporcionadas pelos seus pais substitutos. As casas comunitárias também desenvolvem um sentimento de pertença a uma comunidade e permitem que as crianças órfãs partilhem recursos comunitários. Durante o período do relatório, os órfãos foram colocados em lares comunitários e continuaram a sua educação com os seus pares nas administrações regionais. Atualmente, existem cinco casas coletivas com um total de 40 crianças. O Ministério do Trabalho e Previdência Social possui um mecanismo estruturado com diretrizes e diretrizes claras para monitorar a situação das crianças que vivem em lares coletivos.

- **Crianças órfãs colocadas em orfanatos**

173. A colocação de órfãos em orfanatos é um último recurso e esforços contínuos estão sendo feitos para desinstitucionalizá-los. Nesse sentido, o número acumulado de órfãos atendidos em orfanatos entre 2017 e 2020 é de 1.132 (54,15% meninas).

- **Adoção**

174. O número total de órfãos confiados a pais adotivos voluntários durante o período 2017-2020 é de 28 (14 meninas). O acompanhamento pós-adoção realizado na área do Centro pela Divisão de Assistência à Criança e Família do Ministério do Trabalho e Assistência Social com base nas diretrizes desenvolvidas pelo Ministério revelou que os órfãos adotados eram saudáveis, iam à escola e levavam uma vida mais plena, em comparação com os cuidados em lares coletivos e orfanatos.

- **VIH/SIDA e famílias afetadas**

175. Em resposta às necessidades urgentes das crianças e famílias afetadas pelo VIH/SIDA, o Ministério do Trabalho e Proteção Social, em colaboração com os seus parceiros, continuou a trabalhar para mitigar os efeitos do VIH/SIDA nas crianças e famílias, apesar dos recursos limitados disponíveis. A provisão de transferências sociais de renda contribuiu para melhorar sua capacidade de atender às suas necessidades diárias. O Ministério do Trabalho e Proteção Social prestou assistência geral às famílias e crianças afetadas pelo VIH em termos de apoio

psicossocial, gestão de casos e facilitação de assistência em dinheiro. Durante o período do relatório, 4937 órfãos infectados e afetados pelo VIH/SIDA e que vivem em famílias receberam assistência (ver tabela abaixo).

Idade : anos	2017			2018			2019			2020		
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
0- 4	80	66	146	74	76	150	71	67	138	38	44	82
5-9	172	165	337	188	160	348	117	135	252	99	97	196
10-14	274	222	496	320	305	625	205	245	450	170	145	315
15-17	145	145	290	167	150	317	181	219	400	216	179	395
Total	671	598	1.269	749	691	1.440	574	666	1.240	523	465	988

Tabela 36: Órfãos infectados e afetados pelo VIH/SIDA que vivem em famílias e recebem assistência.

(iv) Família e segurança social - (Artigos 16-18, 16.2)

Proteção da família como instituição social

176. O Estado Parte remete para o parágrafo 210 do relatório inicial no que diz respeito à proteção da família como instituição social. Durante o período do relatório, o Ministério do Trabalho e Bem-Estar Social sensibilizou as comunidades sobre as boas práticas parentais. A abordagem comunitária é um dos capitais sociais preservados como parte dos esforços para encontrar soluções para as dificuldades sociais e económicas enfrentadas pelas famílias desfavorecidas. O valor e a prática primordiais são que as comunidades contribuem para aliviar os problemas sociais e que os membros desfavorecidos também compartilham os recursos da comunidade. Familiares estendidos e membros da comunidade local também servem como vetores para a socialização da criança, onde todos os membros da comunidade desempenham um papel crucial. Espera-se também que cuidem de órfãos na ausência de seus familiares imediatos. Além disso, crianças, pessoas com deficiência e idosos vulneráveis são cuidados não apenas por seus familiares imediatos, mas também por membros da comunidade. Os membros desfavorecidos da comunidade também são apoiados por recursos da comunidade.

Protecção social

177. Durante o período do relatório, o Ministério do Trabalho e Previdência Social realizou intervenções de protecção social que beneficiaram (i) 605 famílias de acolhimento de órfãos (ii) crianças vulneráveis que vivem com HIV/AIDS (para um total de 4.449 subsídios em dinheiro) (iii) um total de 27.061 ex-combatentes em situações críticas (iv) 240 famílias que acolhem crianças com deficiência com burros e acessórios; nas áreas rurais e semi-urbanas, os carrinhos puxados por burros são o principal meio de transporte de bens e mercadorias e uma fonte de renda. Com base nisso, o Ministério do Trabalho e Protecção Social distribuiu 2206 vagões a famílias vulneráveis em cinco administrações zonais para gerar renda e melhorar suas condições de vida, (v) 210 famílias chefiadas por mulheres e 46 idosos com RGAs.

178. Sob a égide do Ministério do Trabalho e Proteção Social, uma parte considerável dos fundos públicos continuou a ser dedicada ao apoio à proteção social de um grande número de famílias de mártires (22 milhões de dólares por ano). Além disso, os cidadãos eritreus residentes no país e na diáspora reforçaram esse esforço em termos de apoio material, financeiro e psicossocial. Os fundos são fornecidos mensalmente a famílias vulneráveis na forma de uma transferência de renda social através de pontos de distribuição comunitários designados, bancos e escritórios de administração regional/sub-regional. Os familiares dos mártires viram as suas condições de vida melhorarem e tiveram um melhor acesso aos serviços sociais graças à assistência financeira prestada pelo Fundo dos Mártires do Governo (Fundo Fiduciário). O apoio da comunidade às famílias dos mártires para renovar as suas casas danificadas, arar as suas quintas e ajudá-las durante a colheita também ajuda a promover a sua proteção social.

179. Em 2018, a Corporação Nacional de Seguros da Eritreia (NICE) relançou um plano de seguro de vida em grupo único, que alargou a cobertura de idade, tendo em conta a situação económica atual e oferece preços significativamente reduzidos para os idosos. Até ao momento, foram subscritos cerca de 9 grupos de diferentes setores e mais de 45 associações, representando um total de 18.267 pessoas com cobertura de seguro de vida em grupo. Até o momento, já foram arrecadados mais de 8 milhões de bônus e aproximadamente 120 famílias já foram beneficiadas pelo programa.

(v) Direitos e bem-estar das pessoas com deficiência

180. É feita referência aos parágrafos 342-357, 360-365 do Relatório Inicial, incluindo os fundamentos legais, institucionais e organizacionais que definem os direitos das pessoas com deficiência. O ELFS 2015/16 observa que as pessoas com deficiência representam 7% (225.156) da população total, dos quais 13% são crianças na faixa etária de 0 a 17 anos. Nesse sentido, o governo acelerou a implantação de sistemas de informação gerencial (SIG) em ministérios e organizações da sociedade civil (OSCs) para coletar, compilar e verificar dados, inclusive sobre crianças vulneráveis e com deficiência. Os dados e informações coletados são usados para informar os processos de tomada de decisão e formulação de políticas, mas também para garantir um processo eficaz de monitoramento e relatórios sob as correspondentes obrigações regionais e internacionais do Estado.

Diagnóstico Precoce

181. Pensando nisso, o Ministério da Saúde desenvolveu uma estratégia para que os profissionais de saúde identifiquem os transtornos do desenvolvimento nos primeiros anos de vida, que está integrada ao Manejo Integrado da Doença do Recém-Nascido e da Infância (AIDPI). O Ministério da Saúde organizou treinamento para profissionais de saúde em unidades básicas de saúde que, ao retornarem aos seus respectivos postos de trabalho, usarão as habilidades adquiridas para detectar transtornos do desenvolvimento e tomar as medidas corretivas apropriadas. Além disso, o Ministério da Saúde abriu alas em algumas unidades de saúde onde são tratadas deficiências congênitas e adquiridas, como doença coronariana, pé torto,

fissura palatina e distúrbios motores infantis, etc. Além disso, o status de ‘poliomielite zero’ é mantido por meio da vacinação de todas as crianças de 0 a 50 meses.

Programa de Reabilitação e Desenvolvimento Baseado na Comunidade e o seu Impacto

182. O Ministério do Trabalho e Proteção Social continuou as suas atividades de advocacia e sensibilização destinadas a promover a igualdade de acesso e oportunidades para pessoas com deficiência em ações de prevenção da deficiência. Estas atividades são implementadas através da estrutura ministerial expandida e do programa de Reabilitação e Desenvolvimento Baseado na Comunidade (CBRD). Durante o período em análise, o programa QBRD foi expandido para 67 administrações sub-regionais e distritais (chamadas administrações kebab/aldeias). Muitas pessoas com deficiência podem agora beneficiar de cuidados médicos precoces, aceder a centros de reabilitação, educação e formação e participar em atividades sociais e na vida quotidiana. O QBRD faz uma diferença significativa na vida das pessoas com deficiência em termos de apoio psicossocial, acesso à educação, reintegração socioeconómica e reabilitação nas suas comunidades. Os esforços de sensibilização e advocacia também ajudaram a mudar as percepções das pessoas. Além disso, para apoiar crianças com deficiência de famílias pobres, o governo aloca 60.000.000,00 RER na forma de assistência em dinheiro por ano.
183. As quatro associações de pessoas com deficiência: (i) a Eritrean National Association of Disabled Veterans (ENWDVA) (ii) a Eritrean Association of the Blind (ERNAB) (iii) a Eritrean National Association of the Deaf (ERNAD) e (iv) a National Association of Persons with Mental and Developmental Disabilities (NAIDD) desempenham um papel de liderança na promoção dos direitos das pessoas com deficiência. As quatro organizações de pessoas com deficiência trabalham para defender os interesses das pessoas com deficiência e, de forma independente, implementam suas respectivas estratégias e programas de acordo com os objetivos e interesses da nação. Durante o período em análise (2017-2020), estas quatro organizações apoiaram 3.854 agregados familiares pobres de pessoas com deficiência, em particular através da promoção de atividades geradoras de rendimento, do fornecimento de ajudas de mobilidade adaptadas, de dispositivos de correção visual e auditiva, a fim de melhorar as condições de vida das crianças com deficiência. Embora essas iniciativas tenham permitido que as famílias de pessoas com deficiência enviassem seus filhos para a escola e promovessem amor e carinho, as pessoas com deficiência continuam enfrentando enormes desafios.
184. Durante o período do relatório, o Ministério da Saúde e Bem-Estar Social, com o apoio financeiro da Associação Nacional de Pessoas com Deficiência (Noruega) e do PNUD, fortaleceu e expandiu o programa de reabilitação baseada na comunidade (CRP) para pessoas com deficiência em 51 sub-regiões que cobrem mais de 90% do país. O número de beneficiários deste programa nas sub-regiões é estimado em aproximadamente 2.690, dos

quais 25% são mulheres. O objetivo geral do programa era promover e defender os direitos humanos das pessoas com deficiência e melhorar as suas condições de vida, especialmente as das crianças. Além de aumentar a conscientização da comunidade, os programas CBRV têm desempenhado um papel fundamental na defesa da igualdade de acesso às oportunidades para famílias com deficiência. Assim, pessoas com deficiência de ambos os sexos puderam (i) acessar recursos como terra para fins agrícolas e/ou habitacionais; (ii) acessar instituições de ensino (escolas para crianças com deficiência e outras oportunidades de educação e formação formal e não formal para crianças com deficiência); e (iii) acessar serviços de saúde; (iv) participar ativamente de reuniões comunitárias; e por fim, (v) constituir família.

Auxílios de mobilidade para pessoas com deficiência

185. Para facilitar a mobilidade de pessoas com deficiência, incluindo crianças com deficiência, o Ministério do Trabalho e Bem-Estar Social continua a realizar duas oficinas ortopédicas localizadas nas regiões de Maekel e Anseba. Durante o período de referência 2017-2020, um total de 2.847 pessoas, incluindo 2.493 homens e 83 crianças com deficiência, receberam dispositivos como próteses acima e abaixo do joelho, órteses duplas, pés tortos, cadeiras de rodas, muletas, sapatos médicos, espartilhos, etc. contribuindo para o aumento da sua mobilidade e permitindo-lhes participar em atividades sociais e económicas e melhorar as suas condições de vida. A maioria dos beneficiários é de famílias pobres que foram identificadas pelos comitês comunitários de reabilitação e desenvolvimento e assistentes sociais do Ministério do Trabalho e Bem-Estar Social que trabalham em oficinas ortopédicas administradas pelo Ministério do Trabalho e Bem-Estar Social.

186. O projeto Burros para a Escola continua a equipar as crianças com deficiência com burros e acessórios, com um maior foco naquelas que residem em áreas de difícil acesso e terrenos difíceis, a fim de aliviar os seus problemas de mobilidade e transporte. Os impactos notáveis da iniciativa "Burro para a Escola" foram o aumento das taxas de matrícula, a redução dos desistentes, a melhoria da frequência e a melhoria dos resultados educacionais. Durante o período de referência de 2017-2020, o número de beneficiários do projeto Burro para a Escola aumentou de 1.200 para mais de 1.400 e as raparigas representaram 40% dos beneficiários. A iniciativa Burro para a Escola faz a diferença na vida das crianças com deficiência em termos de acesso à educação, participação, promoção do bem-estar infantil e facilitação de tarefas domésticas para meninas e mulheres no transporte de mercadorias, busca de água e lenha a longas distâncias. Esta iniciativa precisa ser ampliada para apoiar mais crianças com deficiência em comunidades de difícil acesso.

Educação e formação para crianças com deficiência

187. Algumas das iniciativas tomadas pelo Ministério da Educação para abordar as questões das crianças com deficiência incluem: (i) uma política de educação inclusiva, que forneça instalações e recursos para crianças com deficiência no nível escolar; (ii) esforços para promover a educação de crianças com deficiência, como deficientes visuais e auditivos, crianças com autismo e síndrome de Down (síndrome de Down); e (iii) a integração de pessoas com deficiência em escolas secundárias e faculdades de ensino superior. Os

esforços do Ministério da Saúde também foram para manter o status de livre da poliomielite, vacinando todas as crianças de 0 a 50 meses. (Deve-se notar que a questão da Educação Especial é discutida na seção sobre educação - ver "Crianças com Deficiência e Educação Especial pp 114-117).

188. O Ministério do Trabalho e Previdência Social, em colaboração com a Associação Nacional de Surdos, publicou o primeiro Dicionário de Língua de Sinais, que foi distribuído por todo o país, incluindo escolas, bibliotecas públicas, livrarias e papelarias. Esta iniciativa deve contribuir para a educação de crianças surdas para ajudá-las a se expressar com mais clareza, se comunicar mais facilmente com o público em geral, interagir mais facilmente e desempenhar um papel mais ativo na vida social.
189. O Dia Internacional da Pessoa com Deficiência é um dos principais eventos celebrados todos os anos em nível nacional. Promove a participação e inclusão de pessoas com deficiência e aumenta a conscientização pública sobre questões relacionadas. Sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Proteção Social, este evento público envolve a participação de mais de 1.500 crianças/adultos com deficiência todos os anos que realizam várias atividades de sensibilização. A divulgação de eventos na mídia aumenta a conscientização sobre a proteção e os direitos das pessoas com deficiência contra a discriminação.

IV. DIREITOS DOS POVOS

4.1. Direito ao desenvolvimento (Artigos 21/22)

4.1.1. Uma campanha bem-sucedida de desenvolvimento pós-conflito na fronteira

190. A Eritreia enfatiza a centralidade do princípio internacional das Nações Unidas de que a paz e a segurança, bem como os direitos humanos e o desenvolvimento, são interdependentes e exigem uma responsabilidade compartilhada e coletiva em relação aos ideais da humanidade e de acordo com a Carta das Nações Unidas. A esse respeito, é feita referência aos parágrafos 377-382 do relatório inicial sobre seu compromisso com o diálogo e a cooperação internacionais, aos parágrafos 287-294 sobre o direito dos povos à paz e segurança internacionais e aos parágrafos 241-254 sobre o direito ao desenvolvimento.
191. Os esforços da Eritreia para a realização dos direitos econômicos, sociais e culturais foram consolidados e baseiam-se nos princípios da justiça social e da interdependência entre paz, segurança, direitos humanos e desenvolvimento. Nesse sentido, a igualdade soberana, a distribuição equitativa de riqueza e recursos, a soberania sobre a riqueza e os recursos da Eritreia e o investimento em capital humano crítico foram consolidados para garantir o direito à autodeterminação e promover o progresso no gozo do direito ao desenvolvimento.

192. Além disso, a convicção e a posição pragmática do Estado sobre o desenvolvimento têm sido sustentadas por uma posição política independente baseada na propriedade nacional, no interesse nacional e na implementação nacional. Além disso, o compromisso com a dignidade e a cooperação internacional com base no respeito mútuo, compreensão e interesse, ou seja, parceria, foram consolidados. A Eritreia continua igualmente a harmonizar a sua ação com os países que partilham os mesmos objectivos, a fim de promover a manutenção da paz a nível regional e internacional, em conformidade com as Cartas das Nações Unidas e da União Africana.

193. Apesar de mais de duas décadas de ameaças externas existenciais impostas por uma ordem internacional injusta e desleal, a Eritreia goza de um clima de paz e estabilidade. Este é o resultado da dinâmica de construção da nação e, em particular, da campanha de desenvolvimento Warsay-Yikealo (2003-2018), que lançou as bases para o desenvolvimento atual, afirmando o seguinte:

- um forte sentido de unidade nacional e de cidadania
- igualdade de direitos e oportunidades
- participação pública responsável
- uma arquitetura funcional de governação local
- uma dinâmica de desenvolvimento baseada nas pessoas e dirigida pelas pessoas, ancorada na autonomia.
- uma política externa e relações internacionais pragmáticas, assentes num empenhamento no diálogo e na cooperação, no respeito pela dignidade e num espírito de parceria, com especial destaque para as dinâmicas regionais de paz, segurança e desenvolvimento.

194. A campanha de desenvolvimento atingiu os seus objectivos, a situação económica, social e cultural foi gradualmente transformada e as capacidades e instituições nacionais evoluíram a um ritmo razoável e sustentado. Em especial, a campanha consolidou o capital humano, a diversificação estrutural da agricultura, que contribuiu para a transformação do sector e para a realização do direito à alimentação, o desenvolvimento do sector mineiro e a expansão das infra-estruturas económicas (nomeadamente físicas). Esta iniciativa contribuiu para consolidar a paz interna, a resiliência, o crescimento económico e a melhoria das condições de vida, promovendo os direitos económicos, sociais e culturais e contribuindo para uma nova iniciativa de paz e segurança no Corno de África.

4.1.2. O roteiro nacional da Eritreia e o novo impulso para o desenvolvimento

195. Tirando partido das condições favoráveis de paz e desenvolvimento a nível nacional e regional, a Eritreia intensificou os seus esforços de desenvolvimento, enfrentando os desafios do passado e consolidando os ganhos de um crescimento económico rápido e inclusivo baseado na justiça social. O objetivo é reforçar duas dimensões: a dinâmica interna do desenvolvimento e a ação e cooperação internacionais. Para o efeito, foi lançado em 2019 um

novo roteiro de desenvolvimento nacional que inclui 11 objectivos nacionais e áreas estratégicas:

- Trata-se de um paradigma de desenvolvimento enraizado no empenhamento de longa data da Eritreia na apropriação nacional, nas prioridades nacionais e na implementação nacional.
- Globalmente, esta estratégia baseia-se numa ampla mobilização, numa organização mais completa e numa utilização eficaz das capacidades nacionais e no papel decisivo da população.
- O roteiro é apoiado por uma nova estrutura de desenvolvimento baseada em quatro pólos de desenvolvimento (pólos de desenvolvimento central, oriental e ocidental, pólos de desenvolvimento na Eritreia e um quarto pólo para os eritreus na diáspora).
- Os 11 programas estratégicos do Roteiro Nacional abrangem os seguintes domínios
 - ✓ o desenvolvimento de programas de abastecimento de água e de prestação de serviços conexos para todas as utilizações, com base em políticas e tecnologias adequadas, como prioridade máxima
 - ✓ a implantação de redes rodoviárias, ferroviárias, de cabos e de oleodutos em três fases, ou seja, a reabilitação da rede existente, a transformação para criar eficiência e a implantação de novas infra-estruturas para promover a eficácia e a eficiência na execução das acções de desenvolvimento
 - ✓ o desenvolvimento dos portos e da orla costeira, para revitalizar os projectos paralisados através de um planeamento atualizado e promover parcerias mais amplas no âmbito deste esforço.
 - ✓ a produção de energia e a prestação de serviços de fornecimento de eletricidade, transformando o atual sistema não fiável numa fase de transição e promovendo o planeamento e a implementação de um sistema energético fiável.
 - ✓ o desenvolvimento de redes de comunicações terrestres, marítimas e aéreas fiáveis e eficientes, baseadas num plano global atualizado e integradas nas redes regionais.
 - ✓ revitalizar o sector da habitação, uma das condições para uma vida digna, através de um plano renovado, da utilização de novas tecnologias e do desenvolvimento de novas capacidades
 - ✓ Os serviços de saúde e de educação e as infra-estruturas sanitárias serão desenvolvidos e o capital humano, enquanto força motriz do desenvolvimento e da construção da nação, será reforçado através de um investimento global destinado a consolidar o sistema de prestação de serviços.

- ✓ As acções de desenvolvimento setorial e industrial serão integralmente revistas, programa a programa e empresa a empresa, e será elaborado e aplicado um novo roteiro de investimento.
- ✓ A aplicação e a eficácia em todos os domínios do desenvolvimento serão reforçadas através do reforço dos mecanismos, em especial do mecanismo de revisão, das estruturas e dos programas destinados a aumentar a contribuição e a participação dos eritreus na diáspora.
- ✓ Combater sem reservas a especulação e a má gestão, a fim de garantir a eficácia e a eficiência dos esforços desenvolvidos.
- ✓ Parcerias e estabilidade a nível regional, como catalisador dos programas de desenvolvimento nacional e da manutenção de verdadeiras parcerias baseadas no respeito e na compreensão.

196. Por conseguinte, a Eritreia está disposta a redobrar os seus esforços para alcançar uma melhoria qualitativa num curto espaço de tempo. Infelizmente, a execução dos esforços de desenvolvimento da Eritreia foi afetada pela pandemia mundial de COVID-19. No entanto, apesar deste impacto, estão a ser tomadas iniciativas para fazer face aos efeitos das hostilidades impostas à Eritreia sobre o desenvolvimento e para criar um trampolim para a dinâmica de desenvolvimento pós-Covid. A este respeito, a tónica continua a ser colocada em domínios críticos como a agricultura e a segurança alimentar, a conservação dos solos e da água, as infra-estruturas económicas físicas, o desenvolvimento dos recursos humanos e a segurança sanitária. Mas, como de costume, continuam a existir desafios em termos de paz e segurança.

4.2. Paz nacional e internacional (artigo 23.º)

4.2.1. Aproximação entre a Eritreia e a Etiópia: perspectivas regionais/progressos realizados

197. Até à sua expulsão do poder em 2018 (após 27 anos de governo draconiano na Etiópia), a Frente de Libertação do Povo Tigray (TPLF) serviu o propósito político maléfico de vilipendiar, isolar e desestabilizar a Eritreia como parte da estratégia destrutiva dos Estados Unidos para o Corno de África. A resiliência da Eritreia, associada a mudanças políticas internas promissoras na Etiópia, conduziu à aproximação entre a Eritreia e a Etiópia em julho de 2018, dando origem a novas perspectivas de paz, segurança e desenvolvimento regionais, com os seguintes dividendos notáveis

- Anulação da declaração de guerra da Etiópia à Eritreia em 1998 ,
- A declaração incondicional da Etiópia de aplicar a decisão final e vinculativa da Comissão de Fronteiras Eritreia-Etiópia (EEBC).
- Respeito pela soberania da Eritreia

- Normalização das relações entre os dois países, que conduziu à assinatura do Quadro de Cooperação Eritreia-Etiópia para a Paz, a Segurança e o Desenvolvimento

198. Além disso, a Eritreia e a Somália assinaram um Acordo de Paz e Cooperação em agosto de 2018, seguido de uma Declaração Tripartida entre a Eritreia, a Etiópia e a Somália sobre a Paz e a Cooperação. Esta nova dinâmica também consolidou as relações da Eritreia com o Sudão e o Sudão do Sul. Um acontecimento importante foi a visita conjunta e a reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da Eritreia, da Etiópia e da Somália com o Presidente da República do Jibuti. Do mesmo modo, o Presidente Isaias da Eritreia e o Presidente Ismail Omar Guelleh do Djibuti encontraram-se em Jeddah (Arábia Saudita) e decidiram abrir um novo capítulo de cooperação e de boa vizinhança entre os dois países. Após décadas, uma nova dinâmica e esperança de paz, segurança e desenvolvimento ressurgiram a nível regional e a Eritreia deu um novo impulso ao seu desenvolvimento nacional!

4.2.2. Agendas geopolíticas, novas hostilidades e a determinação da Eritreia em defender a sua segurança nacional e apoiar a dinâmica regional

199. Desde logo, importa referir que a realidade objetiva subjacente ao predomínio da ordem mundial unipolar está a sofrer uma mudança sísmica devido à emergência de novas dinâmicas de poder e influência. A dinâmica da paz, da segurança e do desenvolvimento no Corno de África continua, pois, a ser um dos pontos quentes da gestão de crises nesta realidade emergente. Isto faz parte do objetivo geopolítico e da lógica considerada desejável pelas elites e aliados da política externa dos EUA. A TPLF serviu este propósito e, com o encorajamento dos seus manipuladores habituais, principalmente os Estados Unidos e alguns países ocidentais com ambições de continuar a controlar a região do Corno de África, tentou minar a nova realidade e as perspectivas regionais do Corno de África. Assim, a TPLF, com o apoio dos seus manipuladores,

- constituiu uma ameaça para a aplicação da Declaração de Paz, Amizade e Cooperação de 2018 entre a Eritreia e a Etiópia, bem como para a nova dinâmica regional emergente;
- continuou a minar a segurança nacional da Eritreia, em especial ao continuar a ocupar os seus territórios soberanos, desafiando a decisão internacional da Comissão de Fronteiras Eritreia-Etiópia;
- ameaçava o direito da Eritreia a viver em paz, livre de qualquer ameaça, e o seu direito ao desenvolvimento.

200. Além disso, depois de ter sido afastada do poder, a TPLF, com o encorajamento dos seus manipuladores, actuou no sentido de minar a nova realidade e as perspectivas dos países da região. As seguintes acções hostis ilustram as suas más intenções políticas

- A TPLF lançou uma guerra insurreccional em 4 de novembro de 2020. O objetivo deste ataque maciço, premeditado e não provocado contra o Comando do Norte da Etiópia era neutralizar

completamente o Comando Militar do Norte, que detinha cerca de 80% do arsenal total das Forças de Defesa da Etiópia (EDF). O plano global da TPLF consistia em derrubar o governo central depois de ter pacificado o Comando do Norte.

- Os planos subsequentes incluíam uma ação militar contra a Eritreia para levar por diante a sua agenda declarada de "mudança de regime", bem como a incorporação de territórios soberanos da Eritreia para promover os seus objectivos e aspirações a longo prazo e multifacetados, que tinha perseguido durante cerca de duas décadas até ser deposto do poder após 27 anos de governo na Etiópia.
- Nos primeiros dias após o ataque aos postos do Comando do Norte na Etiópia, a TPLF lançou ataques com mísseis contra múltiplos alvos civis em várias cidades da Eritreia.

201. A operação de policiamento da Etiópia na região de Tigray foi, por conseguinte, empreendida em resposta ao ataque da TPLF ao Comando Militar do Norte da Etiópia, sediado na região, e aos ataques subsequentes. A Eritreia não teve outra alternativa senão defender a sua segurança nacional e o seu direito a viver em paz sem qualquer ameaça, em conformidade com a Carta das Nações Unidas. Desde o início, os Estados Unidos e a União Europeia, juntamente com os seus meios de comunicação social e instituições, tentaram desesperadamente minimizar e branquear os graves crimes cometidos pela TPLF nesta guerra de insurreição, com todas as suas ramificações de segurança e humanitárias na Etiópia, na Eritreia e em toda a região. O estratagema consistia invariavelmente em acusar injustificadamente a Eritreia e fazer dela um bode expiatório. Quando o plano começou a falhar, a camarilha e os seus manipuladores, os fantoches da diáspora, os lobistas contratados e os meios de comunicação ocidentais recorreram a uma campanha de desinformação, utilizando alegações forjadas e sem fundamento de violência sexual, pilhagens e crimes. Para isso, recorrem a fabricações, reciclando notícias falsas e imagens photoshopadas de outros conflitos.

202. As alegações que visam e difamam o exército da Eritreia em particular são injustificadas e inaceitáveis e constituem um insulto à história e à cultura dos eritreus. O exército é uma instituição enraizada nos valores éticos da sociedade, nos valores da humanidade e no respeito pela dignidade humana em todas as circunstâncias. A defesa e a prática do país em matéria de respeito pelos direitos humanos durante os 30 anos de luta pela libertação nacional, incluindo o tratamento humano dos prisioneiros de guerra etíopes, estão bem documentadas. O mesmo se aplica à experiência da guerra de agressão contra a Eritreia conduzida pelo governo minoritário etíope TPLF de 1998 a 2000, sob o pretexto de um conflito fronteiriço. Estas alegações destinam-se a desviar a atenção da guerra que foi lançada e das atrocidades cometidas pela camarilha da TPLF, que deve responder pelos seus actos.

203. Além disso, as mesmas entidades externas e os mesmos manipuladores da camarilha da TPLF que ajudaram e foram cúmplices do seu reinado assassino na Etiópia e no Corno de África durante 27 anos continuam desesperadamente a ressuscitar a camarilha, a tentar

desviar as atenções dos crimes que cometeu e a minimizar a sua culpabilidade. Este facto prejudica a causa da paz e da segurança, dos direitos humanos e do desenvolvimento na região. As várias intenções/tentativas, sob qualquer nome, de dar tréguas à camarilha da TPLF e de fazer da Eritreia um bode expiatório para outras más intenções políticas constituem uma ameaça às perspectivas de paz, segurança e desenvolvimento que estão a surgir no Corno de África. É também uma negação absoluta dos danos sem precedentes causados pela camarilha da TPLF durante os seus 27 anos no poder.

4.2.3. Compromissos em matéria de direitos humanos e cooperação da Eritreia

204. A Eritreia continua a reforçar o seu empenho e a cooperação internacional no domínio dos direitos humanos, no respeito pela dignidade e num espírito de parceria. A este respeito, atribui grande importância ao diálogo e à colaboração com a CADHP. A Eritreia participa em todas as sessões ordinárias e extraordinárias da CADHP, apresentando a sua posição crítica e objetiva e contribuindo, em muitos aspectos, para o êxito do trabalho da CADHP. Este relatório 2017-2020 ao abrigo da Carta Africana (apresentado tardiamente devido à situação atual) faz igualmente parte das obrigações e compromissos da Eritreia. O 2º - 3º relatório periódico combinado (2014-2019) ao abrigo da Carta Africana dos Direitos e do Bem-Estar da Criança foi apresentado ao Comité Africano de Peritos em Direitos e Bem-Estar da Criança (CAEDBE) e discutido na 39ª Sessão do Comité.

205. A participação e as acções empreendidas para desempenhar um papel ativo e cooperar com a arquitetura internacional dos direitos humanos das Nações Unidas são igualmente dignas de menção. A Eritreia é atualmente membro do Conselho dos Direitos do Homem para um segundo mandato, que termina em 2024, e está a dar o seu modesto contributo para o reforço da eficácia e eficiência do Conselho. A Eritreia também participa ativamente em todas as sessões do Conselho dos Direitos do Homem e nas sessões de vários outros órgãos de tratados, e apresenta relatórios, nomeadamente no contexto do ciclo do Exame Periódico Universal (EPU), da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) e da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW). Durante o mesmo período, foram apresentados os seguintes relatórios:

- ✓ 5º e 6º relatórios combinados (2014-2019) sobre a aplicação da CDC
- ✓ 6º relatório ao abrigo da CEDAW (2013-2017), apresentado em 1 de março de 2019 e examinado pelo Comité em 14 de fevereiro de 2020.
- ✓ Foram elaborados os relatórios intercalares sectoriais formativos para o 3.º ciclo do EPU, que serão compilados até ao final de 2022.

4.3. Combater a pandemia da COVID-19

17. A segurança sanitária mundial e a economia foram afectadas pelo aparecimento da COVID-19 desde o final de 2019. As medidas tomadas para combater a pandemia, tanto a nível

nacional como internacional, perturbaram consideravelmente a cadeia de abastecimento e expuseram as economias e os cidadãos dos países a uma situação difícil. A Eritreia não foi poupada ao desafio económico da luta contra a pandemia de COVID-19 desde finais de 2019. No entanto, conseguiu limitar o impacto da pandemia ao nível mais baixo possível graças a uma abordagem pragmática.

18. A resiliência da Eritreia na luta contra a pandemia mundial de COVID-19 põe em evidência o papel central da segurança sanitária no respeito dos direitos humanos fundamentais. A experiência evidencia quatro parâmetros: a necessidade de uma abordagem pragmática, um elevado nível de disciplina, uma participação responsável e o papel central de um sistema de saúde pública eficaz. O governo procedeu a uma avaliação exaustiva dos esforços empreendidos, identificou potenciais desafios e elaborou orientações para gerir as dificuldades e os efeitos esperados da pandemia. Estas medidas foram tomadas muito antes de o primeiro caso ter sido detectado no aeroporto da capital, Asmara.
19. Após a descoberta do primeiro caso, foram anunciadas medidas de confinamento, as fronteiras internacionais foram encerradas e o tráfego aéreo suspenso. A reação do público às orientações nacionais e à abordagem anti-COVID-19 tem sido forte. O elevado nível de disciplina, o sentido de responsabilidade dos cidadãos, a mobilização e as iniciativas bem sucedidas da população e dos recursos, bem como as medidas pragmáticas de controlo e restrição, juntamente com a existência de um sistema de saúde pública bem estabelecido e a mobilização conexa do sistema nacional de saúde, foram decisivos para conter com êxito os terríveis efeitos da pandemia.
20. Para garantir que a pandemia não domine ou paralise o país com a aplicação de regras de distanciamento social, requisitos de higiene e mecanismos de controlo, o governo :
 - entregou sectores vitais como a indústria transformadora, a agricultura e a segurança alimentar, a exploração mineira, a construção de grandes estradas, as barragens, incluindo projectos de conservação do solo e da água, e as cadeias de abastecimento conexas
 - aplicou múltiplos mecanismos de controlo para evitar a especulação no mercado e manter os preços nos níveis anteriores à pandemia.
 - Os eritreus, dentro e fora do país, mobilizaram-se e criaram o Fundo Fiduciário COVID-19. Cidadãos da diáspora, funcionários públicos, organizações da sociedade civil, ONG, investidores privados e empresas semi-públicas mobilizaram centenas de milhões de dólares e Nakfa.
 - Estas medidas limitaram os danos económicos e reforçaram o sistema de saúde, que esteve praticamente livre durante este período difícil. Com a chegada da epidemia, a ajuda alimentar e os serviços públicos de base destinados aos grupos vulneráveis da sociedade (idosos, deficientes e desempregados) foram temporariamente relançados e os

estabelecimentos comerciais que oferecem preços subsidiados aumentaram a sua contribuição para aliviar os encargos das famílias pobres, em particular.

21. Para aplicar uma abordagem pragmática, foi criada uma task force nacional de alto nível para acompanhar a situação, tendo sido tomadas disposições semelhantes a diferentes níveis de governação (regional, sub-regional e local). Foram tomadas medidas preventivas antes da descoberta do primeiro caso e, após a deteção do primeiro caso de infeção num viajante estrangeiro, foi adoptada a diretiva de permanência em casa. Os sectores essenciais, incluindo a segurança alimentar e a agricultura, a saúde e a segurança da água, os sectores produtivos, as infra-estruturas e os serviços financeiros essenciais continuaram a funcionar sem qualquer perturbação. A prevalência da segurança sanitária, que depende dos serviços de saúde pública, continua a ser um trunfo. Para atenuar os efeitos do confinamento, em especial, a prestação de serviços de saúde nos domínios dos cuidados pré-natais, da saúde infantil, do parto, da vacinação e dos serviços de emergência continua a ser uma prioridade.
22. O aproveitamento do capital social facilitou a mobilização, a organização e a criação de capacidades nacionais. Aumentar o conhecimento, a sensibilização e a motivação por todos os meios disponíveis significa que são frequentemente transmitidas mensagens claras e coerentes, incentivando a disciplina e o sentido de responsabilidade. Foram organizadas iniciativas comunitárias de apoio a grupos vulneráveis, mobilizando generosamente o dinheiro, os recursos e a assistência dos eritreus no país e no estrangeiro.

(Para informações atualizadas durante a finalização do presente relatório, desde o final de março de 2021, a medida de confinamento parcial foi levantada, as empresas públicas voltaram a trabalhar em plena capacidade, os serviços de transporte foram retomados, as empresas reabriram sob certas modalidades e o setor informal retomou as suas atividades. O confinamento terminou em meados de maio de 2021, em estrita conformidade com os protocolos anti-COVID-19. Até 21 de junho de 2021, 5 421 pessoas tinham testado positivo, das quais 4 897 (90,4%) recuperaram totalmente, 505 foram hospitalizadas (9,4%) e 19 morreram.

23. Embora o impacto global da pandemia tenha sido contido, não há lugar para complacência! Além disso, foi lançado um roteiro nacional pelo Presidente no seu discurso à nação por ocasião do 29.º aniversário da independência, em 24 de maio de 2020. Este roteiro define a visão, a prática e a organização que servirão de base à preparação para qualquer emergência sanitária a longo prazo.

4.4. Sensibilização para a Carta Africana e para os seus deveres (artigos 25º, 27º, 28º e 29º)

25. O processo de acompanhamento e apresentação de relatórios ao abrigo da Carta Africana, enquanto instrumento fundamental dos direitos humanos, é gerido no âmbito da arquitetura internacional/regional de acompanhamento e apresentação de relatórios sobre os ideais e a promoção dos direitos humanos. A maior parte dos ministérios e das associações nacionais, nomeadamente as associações de mulheres, de jovens, de trabalhadores e de pessoas com deficiência, estão envolvidas e apresentam relatórios aos mecanismos de coordenação e de

controlo sobre os princípios fundamentais dos direitos humanos e a Carta. Foi adquirida uma melhor compreensão do processo e os seus aspectos de participação e organização foram significativamente melhorados. Com base no processo de avaliação em curso, serão envidados novos esforços no futuro para alargar e consolidar os resultados alcançados.

V. CONCLUSÃO

26. O presente relatório, que abrange o período de 2017-2020, descreve os esforços sustentados, os resultados e os desafios da Eritreia para assegurar a integração dos direitos humanos no processo de construção da nação e cumprir as suas obrigações ao abrigo da Carta Africana.
27. Durante o período em análise, novas esperanças e mudanças deram origem ao otimismo de um novo amanhecer no Corno de África e, em especial, a aproximação entre a Eritreia e a Etiópia e o seu impacto nas perspectivas regionais de paz, segurança e desenvolvimento foram essenciais a este respeito. Foram realizados progressos significativos apesar dos desafios actuais e, em especial, das ameaças persistentes contra a Eritreia por parte dos Estados Unidos e dos seus aliados ocidentais, bem como dos obstáculos à dinâmica regional emergente de paz, segurança e desenvolvimento. Além disso, os esforços injustificados para fazer da Eritreia um bode expiatório na nova situação de crise na Etiópia, sob o pretexto de violações dos direitos humanos na crise de Tigray, são inaceitáveis.
28. Por outro lado, a integração dos direitos humanos foi reforçada e alargada através da abordagem sistémica do Governo, tal como evidenciado no presente relatório. Este facto sublinha a importância atribuída à dignidade humana, à segurança e ao desenvolvimento. Deste modo, todos os aspectos relacionados com o respeito, a proteção e a realização de todos os direitos humanos e dos povos são tidos em conta em todos os programas do Quadro de Desenvolvimento Macroeconómico Nacional da Eritreia. Neste contexto, a Eritreia reforçará o seu empenhamento e a sua colaboração com a CADHP e outras organizações regionais e internacionais em matéria de direitos humanos. Será um compromisso baseado na dignidade e no interesse nacional, que promoverá, respeitará e protegerá os direitos humanos. Continuará a rejeitar todas as tentativas de utilização dos direitos humanos como instrumento político com segundas intenções.

Lista de quadros e figuras contidos no relatório

Ref.:	Descrição	Página
Quadro 1:	Dados sobre a resolução de casos por arbitragem	
Quadro 2:	Repartição dos agentes de policiamento comunitário por região	
Quadro 3:	Reuniões/seminários e nível de participação do público	
Quadro 4:	Serviços de saúde para reclusos prestados por estabelecimentos prisionais de saúde	
Quadro 5:	Seminários e conferências organizados por profissionais para reclusos	
Quadro 6:	Casos e acções para defender os direitos dos trabalhadores	
Quadro 7:	Dados sobre os eritreus que procuram emprego no estrangeiro	
Quadro 8:	Dados sobre as inspecções do trabalho e as medidas tomadas	
Quadro 9:	Resolução de litígios laborais por via judicial e resultados	
Quadro 10:	Número de sindicatos de base por número de trabalhadores, por género	
Quadro 11:	Dados sobre convenções colectivas por número de trabalhadores	
Figura 12:	Cobertura vacinal (DPT3/MCV1), pelo menos uma consulta pré-natal (ANC), partos em estabelecimentos de saúde, 1991-2019 Assistência aos cuidados de saúde (ANC), parto em estabelecimento de saúde (HFD), 1991-2019	
Figura 13:	Tendências da mortalidade neonatal, infantil e infantojuvenil (crianças com menos de cinco anos)	
Figura 14:	Alteração da taxa de mortalidade materna por 100 000 nados-vivos	
Quadro 15:	Dados sobre o crescimento da mão de obra	
Quadro 16:	Número de professores e % de aumento nos diferentes níveis	
Quadro 17:	Número de escolas em diferentes níveis	
Quadro 18:	Número de escolas de língua materna e de inscrições	
Quadro 19:	Taxa de participação e nível de escolaridade das raparigas	
Quadro 20:	Índice de paridade de género por nível	
Quadro 21:	Escolas rurais e número de alunos por nível	
Quadro 22:	Programa complementar do ensino básico : Inscrições, desistências e conclusões por ano e por género	
Quadro 23:	Educação especial : Efectivos por ano e por sexo	
Quadro 24:	Número de alunos IDD	
Quadro 25:	Taxa de fluxo escolar (comparação entre 2016/17 e 2018/29, por ano de escolaridade, género e nível)	

Quadro 26:	Inscrição em estabelecimentos de formação técnica e profissional	
Quadro 27:	Inscrição em programas de alfabetização de adultos e de formação contínua	
Quadro 28:	Inscrição em programas de formação contínua de adultos	
Quadro 29:	Matrículas por área de estudo e sexo no início do ano letivo de 2019/20	
Quadro 30:	Matrículas por área de estudo e sexo no início do ano letivo de 2019/20	
Quadro 31:	Representação dos géneros na força de trabalho do ensino superior	
Quadro 32:	Eficiência interna no ensino superior	
Quadro 33:	Nível e composição do pessoal docente do ensino superior	
Quadro 34:	Distribuição social das crianças por idade e género	
Quadro 35:	Comités para a Protecção dos Direitos da Mulher e da Criança	